

**A Segurança Interna em São Tomé e Príncipe: Os Desafios do Século XXI**

**Dalila Pereira Agostinho das Neves**

**Orientador: Prof. Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega**

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Estudos Africanos**

**Lisboa**

**2017**

**WWW.ISCSP.ULISBOA.PT**

À minha avó,

Aos meus pais e,

Aos meus irmãos,

Com amor e gratidão!

## **Conteúdo**

Índice de Tabelas .....	iv
Agradecimentos .....	v
RESUMO .....	vii
ABSTRACT .....	viii
Lista dos Acrónimos .....	ix
1- Introdução.....	10
Introdução .....	11
1.1 - Objetivos da pesquisa .....	12
1.2 - Justificação do tema.....	13
1.2.1 - Pergunta de partida .....	13
1.2.2 - Questões secundárias .....	13
1.3- Metodologia.....	14
1.4 - Organização da dissertação .....	16
Capítulo 2: Enquadramento Teórico .....	17
2.1 – As principais abordagens teóricas.....	18
2.1.1 – A abordagem realista ou realismo .....	19
2.1.2 – A abordagem liberal ou liberalismo .....	20
2.1.3 - Abordagem crítica.....	22
2.1.4 – A abordagem construtivista (A Escola de Copenhaga dos Estudos de segurança).....	23
2.1.5- O debate entre Segurança e Desenvolvimento.....	24
2.3 - Operacionalização dos conceitos .....	26
2.3.1 - Segurança.....	26
2.3.2 - Segurança Nacional .....	27
2.3.3 - Defesa Nacional .....	29
2.3.4 – Ameaça e risco .....	30
Capítulo 3: A Segurança Interna .....	32

3.1. A Segurança Interna - Definição .....	33
Capítulo 4 - Segurança Interna em São Tomé e Príncipe.....	38
4.1– Estado de segurança Interna em São Tomé e Príncipe .....	39
4.1.1 -A criminalidade em São Tomé e Príncipe versus alguns países da região ...	45
4.2 – Sistema de Segurança em São Tomé e Príncipe .....	46
4.3 - Potencialidades do Sistema de Segurança Interna de STP .....	52
4.3.1 - Coesão Social.....	53
4.3.2 - Pequena dimensão geográfica.....	53
4.3.3 - Sociedade estruturalmente não muito violenta .....	54
4.3.4 – Condição insular do Estado São-tomense .....	54
4.4 - Vulnerabilidades do Sistema de Segurança Interna .....	55
4.4.1 - A falta de uma lei de SI.....	55
4.4.2 - Alto nível de população jovem .....	56
4.4.3 - Falta de recursos materiais.....	57
4.4.4 - A falta de eficiência na afetação dos poucos recursos disponíveis.....	58
4.4.5 - A distribuição geográfica das Forças e Serviços de Segurança.....	59
4.4.6 - A falta de motivação dos agentes de segurança.....	59
4.4.7 - A corrupção dos agentes .....	60
4.4.8 - A condição de pequeno Estado Insular .....	60
4.5- Dimensão Externa da segurança Interna são-tomense .....	62
4.5.1 - A Segurança na região do Golfo da Guiné .....	62
4.5.2 – Terrorismo .....	65
4.5.3 - Criminalidade Organizada Transnacional.....	67
4.5.4 - O tráfico de drogas.....	69
5 - Considerações Finais.....	71
Bibliografia.....	74
Anexo .....	81

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1-Crime contra pessoas (2014-2015).....	41
Tabela 2-Crimes contra o Património (2014-2015).....	42
Tabela 3-Crime contra a ordem e a tranquilidade pública (2014-2015).....	43
Tabela 4-Dados estatísticos dos crimes de assalto, rapto e roubo de alguns países africanos.....	45
Tabela 5-Dados estatísticos dos crimes de violação infantil e estupro de alguns países africanos.....	46

## **Agradecimentos**

Cheguei a Portugal em 2008 para a realização de um curso profissional na área da restauração. Terminei esse curso em 2010 e, contra a opinião de muitos, de que não iria conseguir, entrei no ISCSP como aluna do curso de Relações Internacionais, e chego agora a uma fase que nunca pensei alcançar. Mas como diz Fernando Pessoa “Deus quer, o Homem sonha e a obra nasce”.

É com um sentimento de conquista que, chegando à finalização desta etapa académica, momento há muito ansiado, aproveito estas linhas para agradecer a todos que, direta ou indiretamente, sempre estiveram comigo durante esses dois anos de Mestrado bem como durante todo o meu percurso académico, em Portugal. Em primeiro lugar agradeço à Deus que tem sido o meu suporte, dando-me força e coragem, que nunca pensei ter.

Agradeço ao ISCSP pela oportunidade que me concedeu para poder frequentar este estabelecimento de ensino.

Um muito obrigado ao professor doutor Álvaro Nóbrega que na primeira solicitação disponibilizou-se em ser o meu orientador, por todo o apoio, tempo e dedicação que me dispensou, de forma incansável, durante a realização da dissertação, bem como a todo o corpo docente do curso de Mestrado em Estudos Africanos, por todo o conhecimento transmitido.

Aos meus familiares e amigos, em particular à minha mãe e a minha avó a quem agradeço por todo o apoio, que apesar da distância sempre me incentivaram a lutar por aquilo que sempre almejei.

À ti meu primo, Ednilson Wagner, por todo o apoio e as palavras de incentivo.

Ao meu casal preferido (Adelicia e Silvio Nascimento) que sempre foram como irmãos desde sempre. Obrigada por tudo, pelos telefonemas não atendidos, pelos jantares desmarcados e por todos os momentos em que estive ausente, por falta de tempo, e, ainda assim, não desistiram de mim.

Merece, também, o meu agradecimento todos os colegas do curso, com principal destaque para o Comandante Carlos Moreira que sempre esteve junto comigo nessa jornada académica que começou desde a licenciatura em Relações Internacionais, onde fomos colegas de turma. Carlos, sei que mesmo que esgote todas as formas de agradecimento que conheço não será suficiente para agradecer-te tanto apoio. A lista é longa e se continuar a citar nomes poderei esquecer-me de algum, mas todos sabem o quão importante foi o vosso apoio, a vossa atenção e compreensão.

A ti, Paulo Rodrigues, um grande obrigado por todo o apoio e toda a amizade que demonstraste, sabes do que falo.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer aos meus entrevistados pela disponibilidade. A todos um BEM HAJA!

## **RESUMO**

Com um mundo em que os Estados são cada vez mais interdependentes, vários são os desafios que lhes são colocados numa das suas áreas estratégicas, a segurança.

Com a queda do muro de Berlim (1989) e o processo de globalização assiste-se a uma permeabilidade das fronteiras no que concerne aos riscos e ameaças (que podem ter origem dentro ou fora das fronteiras nacionais) à segurança interna dos Estados, que passaram a ser de difícil detenção exigindo o desenvolvimento de estratégias cada vez mais eficazes tendo vista o impedimento dessa permeabilidade, que veio a ser confirmada com os atentados às Torres Gémeas nos Estados Unidos da América.

Desta forma, esta dissertação ocupa-se da análise da situação do Sistema de Segurança Interna de São Tomé e Príncipe através da análise das suas potencialidades e das suas vulnerabilidades, tendo com o objetivo perceber os principais desafios a Segurança Interna do País no presente Século.

Palavras-chaves: Segurança Interna, São Tomé e Príncipe, desafios, ameaças, Sistema de Segurança Interna, Século XXI.



## **ABSTRACT**

*With a world in which states are increasingly interdependent, there are a number of challenges facing by them in one of their strategic areas, security. With the fall of the Berlin Wall (1989) and the globalization process there is a permeability of borders with regard to risks and threats (which may originate inside or outside national boundaries) to the States Homeland Security, which have become to be difficult to detain by requiring the development of increasingly effective strategies to prevent this permeability, which came to be confirmed with the attacks on the Twin Towers in the United States of America.*

*Accordingly, this dissertation focus on the analysis of the situation of the Homeland Security System of São Tomé and Príncipe through the analysis of its potentialities and its vulnerabilities, with the objective of perceiving the main challenges to the Homeland Security of the country in the present Century.*

*Keys Words: Homeland Security, São Tomé and Príncipe, Challenges, Threats, Homeland Security System, 21 Century.*

## **Lista dos Acrónimos**

**CEEAC:** Comunidade Económica dos Estados da África Central

**CPLP:** Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa

**CRSTP:** Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe

**ISCSP:** Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

**FSS:** Forças e Serviços de Segurança

**FS:** Força de Segurança

**LSI:** Lei da Segurança Interna

**PN:** Polícia Nacional

**RDSTP:** República Democrática de São Tomé e Príncipe

**SI:** Segurança Interna

**SS:** Serviço de Segurança

**STP:** São Tomé e Príncipe

**SSI:** Sistema de Segurança Interna

**SSISTP:** Sistema de Segurança Interna de São Tomé e Príncipe

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**UA:** União Africana

**UE:** União Europeia

**UNTOC:** Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado

## **1- Introdução**

## Introdução

“É paradoxal que um continente com a riqueza do continente Africano- com os seus recursos naturais, energéticos e humanos- seja, ao mesmo tempo um palco constante de guerras, de pobreza, Estados frágeis ou mesmo falhados, fome e pandemias, terrorismo e tráficos ilegais.”

Nuno Severiano Teixeira, 2009

O tema da presente dissertação que se apresenta no âmbito do mestrado em Estudos Africanos é “*A Segurança Interna em São Tomé e Príncipe: Os Desafios do Século XXI*”.

Apesar das suas riquezas naturais, como afirma o professor Severiano Teixeira, os países do continente Africano apresentam-se nos nossos dias como os maiores campos de insegurança dados os inúmeros conflitos e o desenvolvimento de tráfico de armas, de narcóticos, de diamantes e de seres humanos como consequência do fraco desenvolvimento económico e humano que registamos em diversos dos seus países.

Na verdade, o continente africano é uma região do globo onde tem grande expressão o flagelo dos conflitos étnicos, a pirataria, o tráfico de seres humanos e diversas pandemias, como o HIV/SIDA, associado à má governação, despotismo, corrupção, às baixas taxas de desenvolvimento humano, com uma elevada taxa de natalidade - com 50% da população de idade inferior a 14 anos – e , simultaneamente, apresenta a mais baixa esperança média de vida do mundo (Williams, 2007: 1027-1032) e a existência de grupos com ligação às organizações terroristas transnacionais, na região da África Subsaariana, (Veríssimo, 2016:236) que constitui um desafio para a segurança do continente e, consecutivamente, para cada país africano, em particular. Por isso, com o processo de globalização, tem sido cada vez maior o número de desafios colocados aos Estados africanos, e não apenas a estes, no que concerne à segurança das pessoas dentro e fora das fronteiras nacionais, tornando necessário o aumento de medidas tendo em vista uma maior segurança interna. Por outro lado, ataques como o de Setembro de 2001 têm mostrado que as ameaças à segurança do Estado podem formar-se dentro do território nacional.

Nesta lógica de pensamento, a segurança para além de constituir uma das tarefas fundamentais do Estado é considerada também um dos fatores determinantes para o desenvolvimento social e económico das sociedades (Teixeira, 2002:10). São Tomé e Príncipe apesar da sua insularidade não pode ficar indiferente a esta mudança de paradigma da segurança interna, por isso, é de extrema importância um estudo neste campo que tem constituído a “franja pobre do aparelho do Estado são-tomense” (Neto, Bernardino de Almeida, 2011:1.)

Neste contexto, São Tomé e Príncipe, apesar da existência de recursos naturais nas ilhas, ocupa o lugar 143 no Relatório do Desenvolvimento Humano (ONU, 2015) o que de certa forma reflete na capacidade de produção da segurança ou insegurança no país.

### 1.1 - Objetivos da pesquisa

O principal objetivo da presente dissertação consiste em **Identificar, definir e analisar os desafios enfrentados pelo Sistema de Segurança interna de São Tomé e Príncipe** a fim de perceber quais os mecanismos usados pelo Estado Santomense com o intuito do aprovisionamento deste “bem público” (Teixeira, 2002:10) que é a segurança dos seus cidadãos nesse contexto de insegurança que se faz sentir por todo o continente Africano, uma vez que a sociedade santomense tem vindo a ser exposta ao “surgimento de várias formas de delinquências, tráficos ilegais e ameaças que impendem sobre a segurança do Estado, pessoas e patrimónios” (Neto, Bernardino de Almeida, 2011: 2-3).

A dissertação conta também com os seguintes objetivos secundários:

- ❖ Caracterizar o Sistema de Segurança Interna de São Tomé e Príncipe;
- ❖ Definir as causas das ameaças e dos riscos à segurança interna em São Tomé e Príncipe (STP);
- ❖ Contribuir para a reflexão na área da segurança interna no país.

## 1.2 - Justificação do tema

Ao longo da história da humanidade constatamos que a segurança sempre foi a preocupação do ser humano, levando muitos a assumirem que Tomas Hobbes na sua obra *Leviatã* (1995: 143) assume que o Estado surge como a evolução das várias instituições humanas com o fim de garantir a segurança e a propriedade privada, constituindo o Estado, desta forma, a única entidade capaz de zelar por tais interesses. Por outro lado, está mais do que evidente que a visão tradicional do conceito deixa de ser suficiente para definir a realidade atual onde as ameaças à segurança não se resumem apenas a existência de guerras e conflitos, fazendo parte destas as ameaças cotidianas "às nossas vidas e bem-estar, a pobreza, o insucesso económico, atentados ambientais, conflitos étnicos, terrorismo, crime organizado e entre outros" (Rodrigues, 2013:3). Assim se justifica a relevância desta temática, que neste trabalho incide sobre o caso de STP, país sobre o qual há uma escassez de estudos e muito particularmente neste domínio da segurança.

Em segundo lugar, o interesse que nos desperta esta temática pelo facto de se tratar do nosso país de origem e a curiosidade de perceber como o Estado santomense tem lidado com esta questão da segurança depois de participar em várias conferências e seminários que incidiam sobre o tema de Segurança Interna, relativamente aos países europeus, de que destacaríamos a conferência realizada no ISCSP, *Terrorismo: O Desafio à Segurança Interna no Século XXI*, em 2015.

### 1.2.1 - Pergunta de partida

A pergunta de partida que enquadra a nossa investigação é a seguinte: *De que maneira o Sistema de Segurança Interna saõ-tomense tem lidado com as possíveis ameaças e riscos à Segurança Interna?*

### 1.2.2 - Questões secundárias

A fim de responder a esta questão principal colocámos as seguintes questões secundárias:

- ❖ As ameaças à segurança interna têm origem exógena ou endógena?
- ❖ Quais são as principais ameaças à segurança dos saõ-tomenses?

### 1.3- Metodologia

O continente africano, e consequentemente São Tomé e Príncipe, tem vivido uma nova dinâmica interna fruto dos acontecimentos tanto internos como pelas relações estabelecidas com o resto do mundo e, o ISCSP seguindo essa dinâmica oferece aos estudantes a possibilidade de frequentarem o Mestrado em Estudos Africanos - que apresenta uma forte componente interdisciplinar, permitindo que os mesmos desenvolvam “conhecimentos e competências que possam dar resposta a essas questões que emergem das profundas mudanças”(ISCSP, sd). Neste contexto, o presente trabalho, baseado numa pesquisa exploratória com o objetivo de uma melhor consolidação das informações relativamente ao conceito de Segurança Interna, seguindo essa lógica, pretende ser qualitativo por forma a permitir estudar a vida social são-tomense “no seu próprio quadro natural sem a distorcer ou controlar” (Moreira, Carlos, 2007:50).

Escolhemos também seguir uma perspetiva interpretativista que nos parece ser a mais adequada para a realização do trabalho uma vez que o objetivo é, não criticar ou reconstruir significados e nem tão pouco explicar relações casuais, mas sim compreender e interpretar a realidade social são-tomense (Moreira, Carlos, 2007:29-30) relativamente à questão da segurança interna. O método a seguir é o método misto, dedutivo na medida em que faremos uma pesquisa baseada na teoria geral dirigida ao caso específico de São Tomé e Príncipe e indutivo na medida em que o terreno se nos apresenta como um campo repleto de dados a serem recolhidos e analisados, partindo do princípio que a informação recolhida poderá alargar-se para todo o país (Moresi, 2003:17), de forma a melhor percebermos a realidade santomense concernente ao tema através da análise da interpretação do que significa essa realidade para os seus participantes (Bryman, 2012:380).

A segurança apesar de ser um conceito que desde sempre tem suscitado interesse por parte dos vários atores verifica-se que são poucos os estudos que recaem sobre a realidade de São Tomé e Príncipe, o que constituiu um dos principais desafios que enfrentámos ao longo da nossa pesquisa. Com intuito de colmatar esse vazio recorreremos a bibliografias internacionais e visitas a várias instituições em território português como foi o caso do Instituto de Defesa Nacional Português (IDN), o

Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) e, claro, o nosso estabelecimento de ensino.

O estudo contou também com uma componente de trabalho de campo, que consistiu na deslocação ao terreno no mês de Abril de 2015, com o objetivo de primeiramente identificar fontes bibliográficas e documentais locais e contatar as instituições são-tomenses que trabalham na área da segurança.

Gostaria de, igualmente, destacar a importância da observação, participante baseado na estratégia de trabalho de campo (Moreira, Carlos, 2007:178) que enquanto cidadã são-tomense permitiu-nos de certa maneira sentir e compreender o sentimento quotidiano da população relativamente à segurança do país ao mesmo tempo que a observação não participante junto das organizações responsáveis pela segurança nos permitiu compreender o funcionamento destas organizações e as necessidades do país neste domínio.

Na seleção dos nossos entrevistados seguimos a estratégia de identificar os principais organismos responsáveis pela segurança interna do país e, consecutivamente, realizar a entrevista aos seus responsáveis e alguns agentes, num total de 8 entrevistas oficiais – sem resposta por parte dos Serviços de Migração e Fronteiras- estando entre estes 3 agentes da PN, 1 ocupando funções de comando, 1 agente dos Bombeiros, 1 agente da polícia fiscal e aduaneira, 1 agente da guarda costeira e 1 alto funcionário no Ministério da Defesa e Administração Interna.

Procedemos, igualmente, a realização de uma entrevista ao professor Manuel Pereira, dado ao seu conhecimento na matéria de Segurança Interna, uma vez que “a sociedade edificada a partir da interpretações dos indivíduos e se a sua interpretação é que cria as estruturas, deve-se observar essa interação para compreender a sociedade” (Carlos Moreira, 2007, pp. 34).

No entanto, refira-se que por tratar-se de um tema sensível enquanto área estratégica do Estado, encontrámos inúmeras dificuldades no acesso às informações de que se pode citar o facto da nossa deslocação a STP ter incidido em vésperas da campanha eleitoral para a presidência do país, o que nada facilitou a nossa recolha de dados pois os nossos entrevistados ficaram com receio que os dados fossem



utilizados para fins políticos, tendo constituído a entrevista informal um mecanismo de grande valia, na recolha dos dados.

Outra dificuldade enfrentada prendeu-se com questões culturais, designadamente com o facto de se tratar de um civil e de sexo feminino interessada numa área que para a comunidade são-tomense ainda é tradicionalmente masculina. Deparei-me, igualmente, com dificuldades de comunicação uma vez que nem sempre os agentes foram capazes de responder às perguntas que lhes eram colocadas.

#### **1.4 - Organização da dissertação**

A Dissertação está dividida em:

Capítulo 1 – Introdução;

Capítulo 2 – Enquadramento Teórico: onde apresentaremos um breve resumo das abordagens teóricas em torno do conceito de Segurança, bem como, a operacionalização dos conceitos que nos pareceu imprescindíveis para a melhor compreensão da dissertação;

Capítulo 3 – Este capítulo ocupará da definição da Segurança Interna;

Capítulo 4- Neste capítulo estará apresentado, primeiramente, o Estado de Segurança Interna em STP, a seguir, apresentaremos o Sistema de Segurança de STP bem como as suas Potencialidades e Vulnerabilidades.

Capítulo 5 – Considerações Finais

## **Capítulo 2: Enquadramento Teórico**

## **2.1 – As principais abordagens teóricas**

Para uma melhor percepção da dissertação, torna-se imprescindível a definição do nosso conceito - segurança. Desta forma, começaremos pela discussão teórica em torno do conceito, onde escolhemos as abordagens teóricas que, ao nosso ver, nos pareceram mais pertinentes para o enquadramento da nossa dissertação, sendo estas: o realismo, o liberalismo, a abordagem crítica e o construtivismo.

Ressaltou, de igual modo, a importância de alguns debates em torno do mesmo onde selecionámos o debate Segurança e Desenvolvimento com o intuito de conhecer um pouco este conceito de difícil operacionalização.

Segundo o mesmo quadro concetual, definimos alguns conceitos operacionais que são: Segurança, Segurança Nacional, Defesa Nacional, Ameaça e Risco.

### 2.1.1 – A abordagem realista ou realismo<sup>1</sup>

A abordagem realista das relações internacionais que dominou, durante muito tempo, os estudos de Segurança desenvolve os seus estudos de segurança baseados no poder militar tendo o Estado como o único ator das Relações Internacionais - é o que evidenciamos, por exemplo, ao analisar a obra *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in The Post-Cold War Era* de Barry Buzan (1991), pois encaram o exterior como a grande fonte de ameaça, isto é, ameaças militares e económicas vindas dos seus pares uma vez que a segurança é definida como um derivado do poder sendo que quanto mais poderoso for um Estado, automaticamente, será mais seguro (Buzan, 1991:2). O desejo pelo poder (que é visto como instrumento da segurança) é uma característica, que para os realistas, é inalienável à condição humana, logo, os Estados confrontam-se uns contra os outros como forma de aumentar as suas capacidades num sistema internacional anárquico, pois não se verifica a existência de uma entidade capaz de controlar as suas atividades onde o objetivo é a luta pela defesa da soberania do Estado, que é garantida a través do conceito de inviolabilidade territorial (Dos Santos e Ferreira, 2012:50-60). Nesta perspetiva a segurança significa a garantia da sobrevivência nacional através de meios

---

<sup>1</sup> O realismo foi durante muito tempo o “main stream” das relações internacionais, ou seja, os seus argumentos eram usados como aqueles que melhor descreviam a realidade das relações internacionais. No entanto, na atualidade, parece-nos, que os argumentos realistas deixam de ser suficientes como fonte de explicação das relações internacionais uma vez que, atualmente, a comunidade internacional vai muito para além das relações entre Estados.

O neorealismo (como forma de atualização do realismo) que vê o poder é como um conjunto de capacidades do Estado e não como uma acumulação de recursos militares e a capacidade do uso deste poder com intuito de coagir e controlar outros agentes, que nesse caso é o Estado, no sistema internacional, mas sim, como o elemento que atribui ao Estado uma posição (de vantagem ou desvantagem) no sistema (Baylis and Smith, 2001) encontra-se o dividido em duas sub-escolas que é o realismo ofensivo e o realismo defensivo em que o primeiro vem, basicamente, como afirmam Baylis and Smith em 2001, que “offensive neo-realists appear to accept most of Waltz’s ideas and a good portion of the assumptions of traditional realism” sendo que para estes as relações internacionais é um eterno prisioneiro do dilema dos jogos e o segundo que muitas vezes é confundido com o neoliberalismo por partilharem a ideia de que as guerras podem ser evitadas com a criação de instituições de segurança apesar de não vê-las como forma mais efetiva de prevenir todas as guerras, na visão dos mesmos autores “suggest that our assumptions of relations with other states depend on whether they are friends or enemies.”

militares e económicos uma vez que as ameaças a segurança do Estado são classificadas como provenientes, apenas, dos seus pares.

Neste sentido, a insegurança do Estado é vista como consequência do sistema internacional, por isso para os realistas não existe a cooperação possível porque cada Estado é movido apenas pelos seus próprios interesses (Baylis and Smith, 2001:142), podendo, o sistema internacional, ser classificado como “a guerra de todos contra todos” (Hobbes 1995: 111).

### **2.1.2 – A abordagem liberal ou liberalismo<sup>2</sup>**

A abordagem liberal das Relações Internacionais ao contrário da realista tende a ver a segurança como consequência da paz, apesar de ainda ver os Estados como os principais atores das relações internacionais, que é encontrada através da cooperação.

Nesta perspetiva assume-se a existência de outros atores para além dos Estados, que acabam por influenciar o comportamento destes. Para os liberais o melhor regime político seria a democracia, por eles pensarem que estas não se combatem entre si, o que as levará a gastarem menos em recursos militares. Argumentam ainda que a

---

<sup>2</sup> Baylis and Smith, 2001 pp. 165, identifica três principais correntes de pensamento liberal que são:

1 - O institucionalismo liberal- que se inspira nas experiências de progresso dadas pelas organizações internacionais, tendo como unidade de análise o sistema de interação e transação, de base económica, entre os Estados e que a possibilidade de guerra desaparecerá depois da sociedade estar organizada com um conjunto de organizações que consigam satisfazer as várias necessidades dos seus membros. Por esta razão o institucionalismo liberal ser, igualmente, classificada como funcionalismo, ou seja, a incapacidade dos Estados fazerem face, individualmente, às necessidades básicas como é o caso do bem-estar e da segurança da sua população mostra, em boa verdade, a necessidade de instituições funcionais, onde haverá uma consciencialização de interesses comuns, aumentando, desta forma, a cooperação e, levando, consecutivamente, a que a segurança deixe de assentar na dissuasão e passe a estar assente na associação ( Santos e Ferreira, 2004, 143-144).

2 – Idealismo liberal que acredita no desenvolvimento de mecanismos de resolução pacífica dos conflitos internacionais dando importância à mediação e à arbitragem como meios de resolução de diferendos entre os Estados, estando entre eles os projetistas da paz (sendo muitas vezes classificados como utópicos).

3 - Internacionalismo liberal que desenvolve o seu estudo procurando dar respostas às questões de melhoria do bem-estar das sociedades bem como da melhoria do nível de vida das pessoas, promovendo a liberdade de comércio e a economia capitalista de mercado livre como meios de promoção do progresso, da paz e da estabilidade (Santos e Ferreira, 2012, 251-152).

interdependência económica e as instituições internacionais ajudam a reduzir o conflito (Rousseau L. e Walker C).

Desta forma, estes defendem que níveis elevados de gastos militares são perigosos tanto para a comunidade internacional como a nível doméstico e afirmam de igual modo que o aumento da segurança através do aumento de armamentos pode ser visto, pelos Estados vizinhos, como ameaça. Ao contrário dos realistas, os liberais vêm a cooperação como um jogo de soma positiva, onde todas as partes são beneficiadas com o resultado. As ideias liberais estiveram na origem da criação de grandes Organizações Internacionais (OI) como por exemplo a OIT<sup>3</sup>, a Sociedade das Nações<sup>4</sup> e a Organização das Nações Unidas<sup>5</sup> que tem desenvolvido um papel de extrema importância no que concerne à promoção e manutenção da paz Mundial, dos direitos humanos e da democracia – elementos que são classificados pelos realistas como utópicos. E, cada vez mais, os países africanos têm apostado na cooperação como forma de garante de paz no continente. Essa consciência fez refletir na criação da nova arquitetura de paz e segurança do continente Africano assente no conselho da paz da União Africana.

Se a Organização de Unidade Africana (OUA), onde São Tomé e Príncipe é membro fundador- fundamentalmente voltada para a libertação do continente africano da influência do colonialismo - dava primazia aos princípios da soberania e da não-interferência nos assuntos internos dos Estados (artigos 2 e 3)- o Ato Constitutivo da União Africana (UA)– mecanismo através do qual os chefes de Estado se fizeram dotar, coletivamente, das ferramentas mais adequadas para fazerem face às mudanças sociais, económicas e políticas que o mundo estava a viver, designadamente para combater a proliferação de conflitos no continente – onde o direito de intervenção em

---

<sup>3</sup> A Organização Internacional do Trabalho foi constituída com objetivo de “promover a melhoria das condições de trabalho em todo o mundo com o intuito de evitar o alastramento das condições que tinham dado causa à Revolução de Outubro na Rússia.” (Ribeiro, 1998)

<sup>4</sup> Criada como consequência da I Guerra Mundial na conferência de Versalhes, 8 de Janeiro de 1918. A criação da SDN constitui o nono princípio dos 14 princípios apresentados pelo então Presidente dos Estados Unidos da América, Woodrow Wilson, princípio criador da segurança coletiva. (Ribeiro, 1998)

<sup>5</sup> Criada em 1945 como consequência do fracasso da Sociedade das Nações na conferência de S.Francisco, a ONU é responsável pela promoção e manutenção paz e a segurança internacionais onde o Conselho de Segurança é o único órgão de detém o monopólio do uso da força.

situações particularmente graves é reconhecido, estabelecendo de forma normativa o regime mais intervencionista que existe ao nível de uma organização regional.

Com efeito, uma série de novos conflitos intraestatais durante a década de 90 levaram a uma evolução de pensamento, por forma a considerar que a não-interferência pode significar indiferença, refletindo, dessa forma, a confiança dos Estados Africanos na cooperação internacional como mecanismo indispensável para a promoção da paz e da segurança.

### **2.1.3 - Abordagem crítica**

De acordo com a abordagem crítica dos estudos de segurança, os Estados muitas das vezes são causadores da insegurança dos seus cidadãos, ou seja, “they can be providers of security, but they can also be the source of threat to their own people” (Baylis and Smith, 2001, pp. 266), devendo o estudo recair sobre os indivíduos e não sobre o Estado conduzindo à emancipação humana, uma vez que, “the state is a major source of both threats and security for individual” (Buzan, 1991, pp.35). Por isso, o centro dos estudos de segurança deve ser o indivíduo e não o Estado, ou seja, o indivíduo possui direitos inalienáveis, não porque pertencem à um Estado mas pela sua condição humana. Aliás, a abordagem feminista surge nesta lógica, ou seja, defendendo igualdade entre os géneros nas áreas da segurança, mais concretamente a emancipação das mulheres numa sociedade machista onde as áreas de segurança eram, maioritariamente, ocupadas pelos homens. Por isso que entre os atores críticos de segurança o conceito de emancipação humana é central, onde a segurança do estado é substituída pela segurança da população (Sheehan, 2005).

Em nome da paz e da ordem, a nível interno, e o garante da soberania no contexto anárquico, a nível externo, o estado tende a ser intolerante e muitas vezes opressivo para os seus cidadãos, acabando por sacrificar os direitos individuais em prol da sua soberania, constituindo o Estado moderno a fonte de insegurança para os seus cidadãos do que, necessariamente, estabilidade e segurança.

Para a abordagem crítica o estado deve ser visto como um meio para a segurança dos seus cidadãos. O foco é transferido do Estado para o indivíduo e Sheehan (2005), afirma que emancipação é a liberdade das pessoas, individual ou grupo, dos constrangimentos físicos ou humanos como, por exemplo a guerra ou a ameaça de

guerra, a pobreza, a desigualdade no acesso à educação, a opressão política, entre outros, o que não significa que tenham excluído os meios militares. Este pensamento foi importante para os Estados começarem a introduzir as políticas do desenvolvimento humano nas suas políticas de segurança, uma vez que a segurança constitui um dos direitos fundamentais do ser humano.

No âmbito da consolidação do direito à segurança, no número 1 do artigo 5º da Convenção Europeia dos direitos Humanos está consagrado o seguinte: “Toda a pessoa tem direito à liberdade e segurança” - direito consagrado igualmente pela Convenção Internacional dos Direitos do Homem e pela Carta Africana dos Direitos Humanos e dos povos, no artigo 6º- que de certa forma é um reportar dos direitos consagrados na carta da ONU para a realidade africana. Apesar da Declaração Universal dos Direitos do Homem ser datada de 1948, o conceito de segurança e dignidade Humana ganha maior expressão na arena internacional em 1994, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no seguimento do conceito de segurança consagrado na carta das Nações Unidas ressalta a necessidade de valorização do indivíduo como possuidor de direitos enquanto pessoa, uma vez os direitos humanos são inalienáveis à condição humana. Assim sendo, os direitos individuais de cada cidadão não podem ser condicionados em nome da segurança coletiva.

#### **2.1.4 – A abordagem construtivista (A Escola de Copenhaga dos Estudos de segurança)**

A escola de Copenhaga, onde Barry Buzan é o principal impulsionador, define a segurança como uma construção através de discursos políticos e posteriormente a aceitação por parte da audiência como tal, ou seja, há uma securitização dos assuntos de acordo com a importância que os mesmos apresentam, sendo essa construção considerada “a more extreme version of politicization” (Buzan, *et al.* 1998: 23).

Neste sentido, a segurança é vista como uma construção, uma vez que é desafiada não quando existe necessariamente uma ameaça mas sim quando o assunto é apresentado como tal, tudo depende do discurso que for usado – sendo o assunto apresentado como sendo de extrema importância, ou seja, é apresentado como a questão prioritária, isto é, uma ameaça urgente e existencial, temos o exemplo atual



da crise dos refugiados em que todos os discursos dos líderes políticos europeus têm sido no sentido de sensibilizar a comunidade internacional, em geral, e a população europeia, em particular, para o problema de segurança que o continente enfrenta.

Essa questão tem sido levantada principalmente, no contexto pós 2001 e a “guerra contra o terror” levada a cabo pelos Estados Unidos de América, por causa de assuntos como os direitos das minorias, o meio ambiente, a saúde, imigração. Com o desenvolvimento da abordagem da escola de Copenhaga, os Estados passam a introduzir os assuntos de segurança na sua agenda, deixando de dar importância, apenas às ameaças militares, mas, também, às económicas, ambientais, políticas e mais (Buzan, 1998:22). Notemos, desta forma, que a securitização ou não de determinados assuntos dependem, em grande medida, do discurso político.

### **2.1.5- O debate entre Segurança e Desenvolvimento**

Os debates em torno da segurança, mostram ser imprescindíveis para a percepção da realidade internacional e regional, bem como a realidade interna dos estados atuais, e estes têm atraído, cada vez mais, adeptos que consideram a segurança condição *sine qua non* para o progresso das sociedades modernas e, consecutivamente, global. Torna-se por isso imprescindível para nós abordar o debate entre a Segurança e o Desenvolvimento, que tem ganho cada vez mais importância, nomeadamente no contexto africano devido à constante instabilidade que se vive em algumas regiões deste continente.

A centralização do poder político e do poder económico e a ausência de mecanismos de transferência de poder pacífico, nas sociedades africanas, conduz a tensões sociais que desencadeiam crises sociais, estando na base da conflitualidade e da insegurança humana dos estados frágeis do continente Africano.

Como afirma Kofi Anan (2000), *“Africa is the only region where conflicts are not decreasing; Africa contains almost half the world’s refugees and internally displaced persons; Africa, according to this year’s Human Development Report, is still at the bottom of the table for quality of life; And Africa still has 33 of the world’s 48 least developed countries. To halve the proportion of people living in extreme poverty by 2015 – the target I suggest in my Millennium Report, and which many people say is*

*too modest – will require an annual growth rate, in Africa, of 7 or 8 per cent per annum.*<sup>6</sup>

Desta forma, a segurança constitui, sem dúvida, um pré-requisito para o desenvolvimento, uma vez que nenhuma sociedade consegue desenvolver-se num contexto de insegurança.

O desenvolvimento foi um dos pré-requisitos para a paz na carta da constituição da Organização das Nações Unidas – que afirma no seu preâmbulo que um dos objetivos é “promover o progresso social para que os países possam viver pacificamente em conjunto como bons vizinhos; e a promoção do progresso económico e social de todos os povos pelo emprego de um mecanismo internacional” (Silva, 1945: 13-14).

Nesta linha de ideias Hilary Benn<sup>7</sup> defende que “*the truth is, development without security is not possible; security without development is only temporary.*” É sem dúvida nenhuma que, nenhuma sociedade consegue desenvolver-se num cenário de instabilidade, constituindo assim um ambiente propício para o desenvolvimento de conflitos. Existe uma ligação entre a pobreza e o conflito civil, corrupção, crime e a falha no processo de construção de Estados, o que leva a um aumento de debate político e ético acerca do desenvolvimento e como o mesmo pode ser alcançado e a maior reviravolta deu-se com a assinatura dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio em 2000, por 189 países e 23 organizações internacionais, onde os mesmos se comprometeram a reduzir a pobreza até o ano de 2015 (ONU, 2000), e após esta data elaborou-se uma nova agenda, agenda pós-2015, com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

---

<sup>6</sup> Secretary-General Kofi Annan's address to the Annual Assembly of Heads of State and Government of the Organization of African Unity (OAU), in Lomé on 10 July, 2000.

<sup>7</sup> Secretária do Estado para o Desenvolvimento Internacional, Reino Unido

## **2.3 - Operacionalização dos conceitos**

Para elaboração da presente dissertação é de extrema importância a operacionalização dos conceitos de forma a fazer uma contextualização teórico-concetual, do conceito de segurança que nos remeterá para a sua vertente nacional e posteriormente para a vertente da segurança interna (objeto do nosso estudo baseado na realidade de STP) bem como o conceito de Defesa Nacional. Não é de menor importância a operacionalização dos conceitos de ameaça e risco.

### **2.3.1 - Segurança**

A segurança é um conceito subjetivo e contestado, podendo ter significados distintos consoante os diferentes tipos de pessoas e idades e em contextos diversos, no entanto, trata-se de uma condição desejada por todos e, verifica-se um consenso quanto à partilha da ideia de que a segurança significa ausência e/ou o sentimento da ausência de ameaça aos valores vistos como essenciais, aos quais se quer garantir começando pela liberdade e alargando-se ao bem-estar. Barry Buzan (1991:16-17) mostra-nos isso quando apresenta uma listagem com várias definições (cerca de 12) de segurança. O que poderá ocorrer de contrário é encontrar algumas dificuldades no momento da definição daquilo que se considera ameaça à segurança - que poderá ter significados diferentes em contextos diferentes para o mesmo sujeito.

No conceito de Estado moderno, notamos que a segurança (interna e externa) juntamente com o bem-estar económico e social e a justiça constituem os fins do Estado.

Neste seguimento de ideias, Thomas Hobbes, na sua famosa obra *Leviatã* (1995: 143), vem nos confirmar isso mesmo, quando defende que a segurança só é possível com a instituição do poder político – iniciando-se primeiramente com a instituição de grupos e, posteriormente, o Estado- que terá capacidade de por fim à guerra de todos contra todos, ou seja, garantir a ordem possibilitando o alcance da segurança, da integridade física e da propriedade privada a partir de um contrato social, pois a segurança foi desde sempre a preocupação do ser humano, ou seja, o Estado é visto como a única entidade capaz de garantir a segurança. O Homem deixa então de fazer uso às formas primitivas de justiça (como por exemplo “olho por olho e dente por

dente” evoluindo para o estágio em que as “punições aos desvios sociais passam a ser assumidas pelo Estado”. (Alves, 2010: 20)

É frequente verem-se diferentes tipos de segurança e os seus diferentes contextos - sendo vulgarmente referidas segurança internacional, nacional, privada, do Estado, interna, militar, industrial, pessoal, social, segurança humana, segurança ambiental e muitos outros termos sendo indissociável das suas definições a liberdade de qualquer tipo de ameaça ou simplesmente a ausência do sentimento desta.

Segundo Armando Alves (2010: 37) uma possível definição de segurança seria *“um estado ou condição que se estabelece num ambiente, pela utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à conduta de atividades no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas.”*

### **2.3.2 - Segurança Nacional**

Podemos falar de Segurança Nacional quando o alvo da segurança é a Nação<sup>8</sup> – em que os Estados têm o direito de se defenderem contra as ameaças, sendo o Estado (ou o governo falando e agindo em nome deste) usando todo o seu poder de forma a detetar os seus inimigos, uma vez que o mesmo é a unidade central nesse sistema internacional anárquico.

Como afirma Laura Neack (2007) “states must protect themselves and have a right to protect themselves against threats”, sugerindo desta forma que para a sua proteção se necessário for recorrer aos meios militares os Estados devem fazê-lo – ideia que vai fazer surgir o “dilema de segurança” que significa que o facto dos Estados buscarem a sua segurança, através de acumulação de meios militares, leva outros a

---

<sup>8</sup> Nação é definida por Barry Buzan “as a large group of people sharing the same cultural, and possibly the same racial, heritage, and normally living in one area. If the nation and the state coincide, then we can look for the purpose of the state in the protection and expression of an independently existing cultural entity: nation would define much of the relationship between state and society.”

Segundo a perspetiva de Fintche, o professor Sousa Lara define a Nação “por um conjunto de características objetivas, exteriores e hereditárias, que se impõe aos indivíduos, onde a raça ou a etnia, a língua, o território, os costumes e a religião constituem caracteres comuns definidores de uma Nação... A pertença ou não pertença a dada Nação pode assim verificar-se, mas não se pode discutir.” (Lara, 2011:244)

agirem defensivamente na medida que encaram o comportamento dos outros como uma ameaça à sua segurança Nacional (Buzan, 1991:295). A segurança Nacional tem sido dominada pelas questões militares, tendo o autor acima referenciado, como já vimos anteriormente, defendido que no sistema internacional atual a segurança nacional significa a soberania do território do Estado e que a segurança tem que se preocupar, em primeiro lugar, com a coletividade humana que para além de ser afetada pelo fator do setor militar também é afetada pelos fatores dos setores político, económico, societal e ambiental (Buzan, 1988: 22), e só depois se preocupar com a segurança individual de cada cidadão, ou seja, a segurança individual pode ser sacrificada em detrimento da segurança comum. No entanto, ao longo dos anos a segurança tem sido encarada como sinónimo de defesa. Entretanto, o conceito tem sofrido alterações e adaptações, tornando a visão tradicional da segurança insuficiente *per si* para a explicação de realidade atual. Nesta perspetiva, Victor Ângelo define a segurança nacional como a “capacidade sistémica de proteção dos cidadãos, incluindo os seus direitos e liberdades, bem como a integridade do território, dos nossos interesses vitais, das instituições democráticas e da nossa posição estratégica na comunidade das nações.” Destarte, deixa de fazer sentido resumir a segurança nacional à *le raison d'état* que consistia em assegurar a integridade territorial e a soberania do Estado baseada na ideia de que as ameaças à soberania eram apenas externas e provenientes dos seus pares.

Na visão do professor Severiano Teixeira “a segurança é uma questão de Estado, mas mais do que isso, é um Bem Público” (Teixeira, 2002 :10) e, sendo “um bem público” é algo que está, ou pelo menos, deveria estar, ao alcance de todos e, para que tal aconteça o conceito de Segurança encontra-se, hoje, dividida em dois conceitos: o de Defesa Nacional e o de Segurança Interna, conceitos que trataremos no decorrer da dissertação.

### **2.3.3 - Defesa Nacional**

Defesa nacional é o conjunto de políticas desenvolvidas pelo poder político e asseguradas pelos órgãos competentes, tendo em vista, juntamente com a Segurança Interna, a segurança Nacional, ou seja, estratégias desenvolvidas com o intuito de prevenir e/ou combater os riscos e as ameaças à Segurança Nacional. Isso significa que, apesar da defesa nacional não se resumir apenas às fronteiras do Estado, esta tem como objetivo final a segurança nacional através de meios militarizados, tendo como agentes as forças armadas que lutam “pela garantia da independência nacional, da integridade territorial e da proteção das populações” (Vitorino, 1998:50). Nesta lógica, segundo o General Loureiro dos Santos (2013:983) é através da Defesa que o Estado possui a garantia de que consegue exercer a sua autoridade, “remetendo a defesa sempre para um ato de prevenção e reação pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externa” (Fernandes e Borges, 2005:30), ou seja, o fim último de defesa nacional é a soberania nacional.

Neste sentido, Joaquim Aguiar (1989:60) afirma que “o exercício do poder implica necessariamente a capacidade de defesa, isto é, a capacidade para evitar que os outros poderes externos, que estariam desprovidos daquela qualidade de legitimidade, possam ser exercidos no interior desse território”, ou seja, a defesa nacional é vista como a capacidade que o Estado tem de se defender contra ameaças externas através do uso da força militar ou da ameaça do uso desta, sendo a defesa nacional uma política desenvolvida tendo, em qualquer momento, como fim o garante da segurança Nacional e da territorialidade do Estado. Por outro lado, Reinaldo Nonato de Oliveira Lima (2015:34) afirma que a defesa nacional como “função do Estado e direito fundamental de um povo, deve ser entendida como um conjunto de ações e medidas concretas que visem assegurar a integridade territorial, a soberania nacional e os interesses vitais de uma nação, necessitando de um grande envolvimento da sociedade e um conjunto de ações e medidas efetivas”, logo, podemos entender a defesa como um conjunto de ações que vão se desenvolvendo de forma contínua e não esporadicamente, nem tão pouco parcialmente.

Tal como a segurança, a defesa também tem que se adequar às novas exigências, ou seja, a novas roupagens das ameaças à integridade do Estado, onde o Terrorismo

ocupa o lugar de destaque. Nesta senda de ideias, José Manuel Paes<sup>9</sup> (2002:310-311) define a defesa nacional como política desenvolvida pelos órgãos estatais que “visa proteger os cidadãos nacionais e os bens patrimoniais, sociais e espirituais da Nação contra quaisquer ameaças ou ataques aos mesmos que, de modo direto ou indireto, se prevejam, indiciem ou perpetrem com origem em atores ou agentes externos, acabando a defesa nacional por assumir uma perspetiva muito abrangente, desenvolvendo-se em várias *frentes de combate*”, ou seja, incluindo na sua definição em primeiro lugar a proteção dos cidadãos.

#### 2.3.4 – Ameaça e risco

Outros conceitos que mereceram a nossa atenção para um melhor desenvolvimento da dissertação são os conceitos de ameaça e risco, pelo facto de serem facilmente confundidos. É importante esclarecer o que se entende por ameaça – ato partido de uma vontade, ou seja, quando é motivado pela intenção coativa por parte de um agente - que em momento nenhum deverá ser confundido com o conceito de risco – ato ocorrido por força da natureza onde não evidenciamos uma vontade humana, tendo com exemplo as catástrofes naturais (Almeida e Silva, 2015).

Na obra “Pensar a Segurança e Defesa (2005:73), Fernandes et al. definem a ameaça como “um ato ofensivo, uma antecâmara de agressão, portanto uma realidade estratégica sem ser ainda guerra, que não desaparece quando a agressão é efetivada.” No entanto, Alexandre Rodrigues Reis (20013:2) ao apresentar o conceito de ameaça apresenta-nos a diferença entre os dois conceitos referindo que “uma ameaça é um perigo específico que pode ser medido com alguma precisão, a partir de uma análise da capacidade de um adversário concretizar um ato hostil e da vontade que mostra em a utilizar (*threat assessment*), enquanto um risco é um dano que podemos sofrer, uma situação ou cenário que procuraremos evitar que se materialize ou cujos impactos devemos tentar minimizar por preparação antecipada, sendo este mais difícil de quantificar, mas pode avaliar-se, recorrendo a metodologias apropriadas (*risk assessment*), em duas vertentes: quanto à probabilidade de ocorrer e quanto aos danos que pode provocar”. De acordo com Stéphane Leman-Langlois e Frédéric Lemieux, 2007, a ameaça, na definição convencional, é entendida como “la présence d’éléments pouvant s’attaquer à la sécurité d’une organization, d’un groupe ou d’une

---

<sup>9</sup> Vice-almirante

personne”, onde são incluídas as ameaças ecológicas, meteorológicas, os acidentes e aquelas que são provenientes da concorrência dos mercados. Entretanto, quando se fala de ameaça à segurança interna há uma necessidade de restringir o âmbito do termo que nos parece muito ambíguo. Nesse caso, ameaça seria considerada para nós todo o ato voluntário, interno ou externo, que tenha como finalidade colocar em causa a segurança e o bem-estar de uma população de um determinado Estado.



## **Capítulo 3: A Segurança Interna**

### 3.1. A Segurança Interna - Definição

A Segurança Interna é, igualmente, um termo de difícil conceitualização, no entanto como vimos anteriormente José Seixas Fonseca (2010:32) define a segurança como “a ausência de risco, a previsibilidade, a certeza quanto ao futuro”. Neste sentido, a Segurança Interna (*Homeland Security*, termo usado pelos anglo-saxónicos) consiste no garante da integridade física e a possibilidade de uma vida, presente e futura, livre de ameaças e riscos da população dentro das fronteiras nacionais, pelas atividades do Estado. Seguindo este raciocínio, o presidente Nicolas Sarkozy (2007), no prefácio a obra *Les Stratégiques de la Sécurité: Questions judiciaires* afirma que “*la sécurité est un droit, parce qu’elle est une des premières libertés, qui permet l’expression de toutes les autres*”.

De acordo com o professor Manuel Pereira (1990:5) “a atividade da Segurança Interna visa proteger a vida e a integridade física das pessoas, assegurar a paz pública e defender a ordem democrática, que são condições indispensáveis a própria vida na comunidade, a normal conveniência dos cidadãos e ao progresso da sociedade”. Na mesma linha de pensamento, Maurisse Cusson *et al.*, no *Traité de Sécurité intérieure* (2007:29) definem a segurança interna como “*l’activité déployée par des professionnels de première ligne en vue de protéger leurs concitoyens contre les dangers associés à la vie en société, en fournissent la tranquillité et la paix civile*”, o que mostra a subjetividade do conceito, uma vez que os perigos enfrentados pelos cidadãos vão dependendo do contexto e da época.

Ainda na mesma linha de pensamento, Luís Fernandes (2014:37) afirma que “a garantia da segurança interna é essencial à consolidação da democracia e ao exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos, pela criação das condições da segurança, ordem e tranquilidade públicas necessárias e essenciais ao desenvolvimento económico, à promoção e consolidação da qualidade de vida dos cidadãos”, ou seja, o cidadão só poderá exercer os seus direitos de liberdade num Estado de Direito Democrático se lhe for garantida a sua segurança. Por isso, a segurança constitui um pré-requisito e o motor tanto para a liberdade individual e coletiva como para o exercício da democracia, logo, a segurança interna “deve ser entendida como um esforço de governação concertado, envolvendo todos os agentes e capacidades públicas e privadas que contribuem para um clima de paz social e de tranquilidade

pública num dado país.” A Segurança Interna tem o objetivo de, antes de tudo “prevenir os riscos simétricos e assimétricos de se manifestarem; para em seguida, proteger as pessoas, as instituições democráticas, as infraestruturas críticas e os serviços e as forças de segurança, e, por fim, conter os impactos e/ou os efeitos de um acontecimento catastrófico, gerindo as suas consequências, recuperando a ordem e a lei” (Almeida, 2008:50 – 51) de forma a restaurar o *status quo*. Neste sentido, na obra *Metarmofose da Polícia* (2012: 24) Hélder Dias define a segurança interna como “a manutenção da ordem pública, da segurança de pessoas e bens, na prevenção e interrupção de atividades perigosas ou danosas para bens sociais juridicamente protegidos e na aplicação geral do direito.”

Na lógica do garante da segurança interna, temos que considerar a complexidade das ameaças como afirma o professor Adriano Moreira defendendo que no presente século as ameaças à segurança têm apresentado novos contornos, o que faz surgir a necessidade de mudança dos mecanismos de combate às mesmas (Moreira, 1999: 34-37).

Os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, mostraram esse desafio, fazendo com que a “*Homeland Security*” atraísse a atenção dos decisores e académicos, que se aperceberam de que as ameaças à segurança podem formar-se dentro da fronteira de cada Estado, isto é, as ameaças exógenas têm dado lugar a um proliferar de ameaças endógenas, tendo toda a política da “*Homeland Security*” norte-americano desenvolvida em torno da luta contra o terrorismo. Em boa verdade, com o processo de globalização os Estados passaram a enfrentar novos desafios à segurança tendo como exemplo as ameaças económicas, ambientais e terroristas, dando início ao surgimento de uma “nova ordem mundial”, levando os Estados a priorizarem outros meios como instrumento de garante da Segurança Interna, recorrendo à força militar, apenas, em último caso.

O fim do bipolarismo trouxe uma nova forma de conflito onde os inimigos à segurança interna dos Estados apresentam-se como “inimigo sem rosto”, ou seja, as ameaças são difusas (Matos, 2016: 27-30), havendo, desta forma, um repensar na conceitualização da segurança que até ao fim do sistema anterior e a queda do muro de Berlim, em 1989, havia sido dominada pela visão realista de segurança.

Destarte, de acordo com o professor Hermínio Matos (2016: 124-145), a “*Homeland Security* é, simultaneamente, uma política de estratégia de ação que visa enquadrar e organizar as atividades governamentais e outros setores da sociedade por forma a detetar, proteger, deter e, se necessário, responder a ataques no interior do território dos Estados”.

Ao falarmos de segurança interna, referimo-nos ao combate contra os inimigos internos, que tem sido cada vez mais de difícil caracterização, dada a sua complexidade, de forma a combater os sentimentos de insegurança na população, por isso, o sistema de segurança interna vai dependendo dos desafios enfrentados pelos países e da perceção que os mesmos têm dos elementos que constituem uma ameaça à sua segurança.

Neste sentido, assistimos a um valorizar de meios não coercivos neste processo da manutenção da paz, da ordem e da tranquilidade, tornando a ação da segurança mais complexa e subtil onde a articulação entre as forças e os serviços de segurança assume um papel primordial, logo, a estratégia deve passar antes pela prevenção do que a repressão até porque a primeira sugestão é mais gratificante do que a última.

Neste sentido, segundo Maurice Cusson (2007), todo o sistema de segurança interna deve assentar, de uma forma em geral, nos seguintes pilares:

➤ **Detetar e analisar** – onde o objetivo primordial é identificar e tentar definir o problema com o intuito de guiar a ação. Esta fase é “*un processus élaboré de cueillette, de vérification, de classification, d’analyse et de diffusion d’informations particulières utiles à l’action de sécurité*” (Cusson, 2007:48). Nesta fase é analisada a característica da criminalidade, a sua distribuição no espaço, a sua evolução, de forma a ter conhecimento dos antecedentes dos indivíduos de risco, delinquentes e dos criminosos, lugar de residência, os seus cúmplices, os hábitos e o seu *modus operandi* dos grupos infratores, ou seja, depois de identificada uma ameaça há que proceder à sua análise da mesma, de forma a desenvolver políticas de combate das mesmas. Fase que segundo o professor Hermínio de Matos (2016: 67), é importante pois é necessário “o conhecimento antecipado, quer das especificidades, quer das capacidades (e motivações) de um oponente, ou agente da ameaça, sabendo qualquer

Estado prever e frustrar quaisquer ameaças ou desafios que lhe coloquem no âmbito da segurança interna”.

➤ **Prevenção**– Tomar medidas, não coercivas, com intuito de impedir que o risco de ameaça se torne uma ameaça efetiva, isto é, “*agir de manière proactive et non coercitive en vue de réduire la fréquence et la gravité des infractions*” (Cusson, 2007:49). A prevenção tem como finalidade a adaptação social e assume um caráter, essencialmente, educativo, constituindo o principal alvo o grupo de risco. Por exemplo, a prevenção social é realizada nas escolas, onde os educadores ensinam às crianças e aos adolescentes o respeito pelo terceiro e pelas regras da vida em sociedade. A prevenção é realizada também pelos agentes da patrulha nos lugares de risco com objetivo de dar imagem aos infratores da lei social de que haverá consequências caso cometam o crime que tencionam, ou seja, a prevenção é com o objetivo de “reduzir a frequência ou a gravidade do delito” (Clemente, 2012:102).

➤ **Combate e Repressão** - após falhado o processo de prevenção, recorre-se, se necessário for, a meios coercivos tendo em vista a extinção da ameaça. Esta fase torna-se inevitável após o fracasso das medidas de prevenção. Através da repressão o objetivo é impedir que um crime chegue a ser cometido. Neste caso a sanção serve de exemplo para outros que se sentirão dissuadidos ou não a cometerem algum tipo de crime ou delito – esta função na segurança pública é assumida pela polícia;

➤ **Restauração e gestão de crises**– medidas rápidas levadas a cabo de forma a restabelecer o status quo, ou seja, socorrer a população exposta a perigos graves e restaurar o ambiente de forma alcançar o estado anterior à ameaça. Nesta fase tem que haver uma capacidade de intervenção célere de forma a evitar que os efeitos atinjam escalas maiores.

A mesma interpretação pode ser encontrada no conceito estratégico de Defesa Nacional português, que define a segurança interna como a “*atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, **proteger** pessoas e bens, **prevenir e reprimir** a criminalidade e os comportamentos anti-sociais, contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática*” (Fontoura, 2013) tendo como objetivo “a proteção da vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou

altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenção e a reação a acidentes graves ou catástrofes, a defesa do ambiente e a preservação da saúde pública” (artº.1, nº.3; LSI), com vista a uma resposta eficaz “ao conjunto de transformações rápidas e imprevisíveis em termos de ameaças e riscos” (Fonseca, 2010:13), a que a sociedade portuguesa tem sido exposta.

Tendo em conta a maior parte dos Estados Africanos verificamos que estes enfrentam o problema de “ debilidade de Estado” não conseguindo, desta forma, fazer face aos graves problemas de estruturação: o elevado nível de desemprego, o aumento do índice da criminalidade, baixo índice de desenvolvimento humano seguido de um elevado crescimento demográfico, a desflorestação descontrolada, a pobreza e a exclusão social e, consecutivamente a instabilidade política, as constantes disputas sobre fronteiras marítimas constituem um dos principais desafios à segurança regional e, consequentemente, à segurança interna de cada país. Neste sentido, a segurança interna no contexto africano significa a construção de um Estado forte e instituições estáveis que consigam criar mecanismos eficazes capazes de fazer face aos vários riscos e ameaças que afetam a segurança do continente de forma em geral e, a cada Estado em particular.

A falta de meios de forma a garantir uma boa governação, a falta de estratégias por parte dos países da costa do Golfo na Guiné, e o crescente caso de pirataria marítima na região— como a falta de meios que garantam um controle efetivo nos mares territoriais - bem como a existência de grupos islâmicos na região, nomeadamente na Nigéria, constituem principais riscos de ameaça à segurança interna dos países da região (Barros, 2013:137-138)

## **Capítulo 4 - Segurança Interna em São Tomé e Príncipe**

#### **4.1– Estado de segurança Interna em São Tomé e Príncipe**

A instabilidade e a imprevisibilidade que o mundo atual atravessa, e que consequentemente afeta a realidade santomense, tem feito da segurança um tema central, para não dizer prioritário, nas agendas políticas dos governos dos países em geral e, consecutivamente também São Tomé e Príncipe, embora numa dimensão menor relativamente a outros países.

Como refere Bernardino de Almeida Neto (2011:3) as ameaças à Segurança Interna dos países deixaram de ser de fácil identificação, necessitando de novas formas de respostas como forma de combater o crescente sentimento de insegurança na população santomense.

A República Democrática São Tomé e Príncipe (RDSTP), de ora em diante denominada de São Tomé e Príncipe (STP), dada a sua condição de pequeno Estado, associada ao processo de globalização em curso tem dificuldade em afirmar a soberania em várias áreas, designadamente na área da segurança que é considerada uma das áreas estratégicas do Estado, onde essas dificuldades têm aumentado cada vez mais.

Poderíamos, até, dizer que politicamente STP vai perdendo autonomia. Na verdade, a nosso ver, essa autonomia nunca existiu, pois, o país sempre viveu ou “sobreviveu” da boa vontade externa e o que verificamos, na atualidade, é que as condições económicas e financeiras do país se têm degradado com o agravar da crise económica financeira que tem afetado os seus principais dadores, lista em que Portugal assume o lugar de líder. Esta crise financeira, que vem aumentar o fosso entre os países ricos e pobres, tem agravado, principalmente, a desigualdade entre a população rica e pobre em São Tomé e Príncipe, propiciando, desta forma, o aumento da delinquência no país. O êxodo rural impulsionado pelo fraco desenvolvimento das roças santomenses e a degradação da agricultura têm promovido a exclusão social, fator impulsionador da desigualdade urbana e um forte motor para o desenvolvimento da delinquência, onde o grupo mais vulnerável é a população jovem - o que acaba por se refletir num aumento do sentimento de insegurança da população são-tomense. O que tem acontecido em São Tomé e Príncipe é que o processo da urbanização, consequência do êxodo rural, não tem sido acompanhado pelo desenvolvimento



económico e humano da sociedade (Neto, Bernardino de Almeida 2011:3), tendo a população que enfrentar graves problemas económicos e, consequentemente, recorrer em última instância a mecanismos ilícitos de obtenção de meios de subsistência que passam pelo roubo, furto e até mesmo homicídio (P.N.STP, 2015) - contribuindo de certa forma para gerar alguma insegurança na principal cidade do país que tem apresentado dificuldade de integração dessa franja da população.

Por outro lado, devido à sua condição insular o país encontra-se vulnerável aos efeitos das alterações climáticas como, por exemplo, a erosão costeira, o aumento do nível do mar, enchentes ou secas, o aumento da infiltração dos raios solares. Apesar de não se ter verificado ainda com grande regularidade, já ocorreram alguns períodos de seca que comprometeram a produção agrícola do país e ameaçaram a população com uma crise alimentar, situação preocupante uma vez que a agricultura sempre foi a principal fonte de sustento da população são-tomense.

Durante a nossa pesquisa em São Tomé e Príncipe, vários foram os relatos de sentimento de insegurança no país, principalmente nas áreas perto da cidade capital, em zonas pouco movimentadas. Fomos, igualmente, advertidos a não andarmos nas ruas a partir de um certo horário, algo que para nós era impensável no tempo em que lá vivemos, onde nunca tivemos um sentimento desta natureza. Refira-se, no entanto, que não vimos durante a nossa estadia qualquer patrulha policial, mesmo nas áreas mais críticas, o que seria aconselhável tendo em conta a evolução da criminalidade que de acordo com os dados obtidos na Polícia Nacional, como veremos a seguir, tem conhecido um aumento assaz preocupante.

Tabela 1-Crime contra pessoas (2014-2015)

DESIGNAÇÃO	2014/nº de casos	2015/nº de casos	Diferença	%
<b>Ofensas corporais</b>	1098	1258	+ 160	12,7
<b>Difamação</b>	960	1156	+ 196	17,0
<b>Injúrias</b>	157	191	+ 34	17,8
<b>Ameaças</b>	487	726	+ 239	32,9
<b>Abuso sexual de Menor e dependente</b>	20	46	+ 26	56,5
<b>Violação</b>	67	17	- 50	-294,1
<b>Tentativa de violação</b>	32	38	+ 06	15,8
<b>Violência doméstica</b>	286	590	+ 304	51,5
<b>Homicídio</b>	04	06	+ 2	33,3
<b>Tentativa de homicídio</b>	05	01	- 04	-400
<b>Abandono de Menor</b>	32	42	+ 10	23,8
<b>Outros</b>	07	05	- 02	-40
<b>TOTAL</b>	3155	4076	+ 921	22,6

Fonte: PNSTP

Tendo em conta esses dados, que ainda assim nos parecem ficar aquém da realidade, podemos ver que de 2014 para 2015, apesar de se registar uma queda nos números de crimes de violação registados no país, os crimes de ofensas corporais e homicídio registaram, ao mesmo tempo, uma subida de 12,7% e 33,3%, respetivamente, bem como os números de casos de abandono de menor (23,8%). O caso mais preocupante é o de violência doméstica que teve uma subida de 51,5%.

Notamos, no entanto, que nos dados que nos foram apresentados não estão contemplados os crimes de tráfico e consumo de drogas, apesar dos relatos de existência desses crimes no país, como veremos posteriormente, o que nos leva a constatar uma deficiência no processo de registo dos mesmos.

*Tabela 2-Crimes contra o Património (2014-2015)*

DESIGNAÇÃO	2014/ nº de casos	2015/nº de casos	Diferença	%
<b>Furto</b>	410	300	- 110	-36,7
<b>Roubo</b>	60	49	- 11	-22,4
<b>Tentativa de Roubo</b>	05	00	- 05	-100
<b>Incêndio</b>	07	07	00	0
<b>Tentativa de incêndio</b>	07	05	- 02	-40
<b>Burla</b>	167	223	+ 56	25,1
<b>Abuso de confiança</b>	620	636	+16	2,5
<b>Danos</b>	372	363	- 9	-2,5
<b>Introdução em casa alheia</b>	4	55	+ 51	92,7
<b>Outros</b>	11	15	+ 04	26,7
<b>TOTAL</b>	1665	1653	- 12	-0,7

Fonte: PNSTP

Analisando os dados acima constatamos que apesar de termos uma descida considerável nos crimes de furto e roubo (-36,7% e -22,4% respetivamente), o crime de burla teve um aumento considerável (25,1%). No entanto, o crime de incêndio manteve-se estável.

Tabela 3-Crime contra a ordem e a tranquilidade pública (2014-2015)

DESIGNAÇÃO	2014/nº de casos	2015/nº de casos	Diferença	%
<b>Falsificação de Documentos</b>	3	3	00	0,0
<b>Notas Falsas</b>	2	3	+ 1	33,3
<b>Uso e Porte de Arma Ilegal</b>	3	4	+ 1	25,0
<b>Desobediência / Desordem</b>	413	432	+ 19	4,4
<b>Outros</b>	03	07	+ 04	57,1
<b>TOTAL</b>	424	449	+ 25	5,6

Fonte: PNSTP

Nos dados supra apresentados é notável um aumento de 19 casos de crimes de desobediência/ desordem, o que corresponde a um aumento de 4,4%, enquanto o crime de falsificação de documentos manteve-se estável e o crime de Uso e Porte ilegal de armas, em termos absolutos teve um aumento de 1 caso, que em termos percentuais corresponde a 25%.

De acordo com a página oficial da Direção Geral da Administração Interna verifica-se também “a multiplicidade dos chamados «esquemas» resulta das práticas produzidas no mundo criminal, onde coexistem a prostituição, o tráfico de drogas, o jogo clandestino e o comércio ilegal dos mais variados artigos, incluindo as armas de fogo”, no entanto, estes crimes não estão quantificados pelo facto de “não existir um levantamento de dados estatísticos”<sup>10</sup>.

Apesar dessas subidas, as autoridades afirmam que a situação não é muito preocupante comparando com os outros países vizinhos, nomeadamente os da África Subsariana, o que nos leva a perguntar se só haverá razões para alarme se atingir o nível dos países vizinhos? Julgamos que não ser boa prática tomar como exemplo o que está mau noutras realidades para mostrar que não estamos “assim tão mal”.

<sup>10</sup> Informação disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=404&mid=002&sid=005&ssid=003>, acesso 10/07/2016

Nenhum país consegue, ao nosso ver, garantir a segurança dos grupos mais vulneráveis se não houver desenvolvimento económico e humano, pois já vimos anteriormente que sem desenvolvimento a segurança é temporária e sem segurança é impossível haver desenvolvimento.

Podemos entender que em boa verdade, esse aumento da criminalidade no país, deve-se também ao facto do mesmo não possuir meios de coação eficientes, nem tão pouco estratégias sólidas de reintegração dos jovens que são levados a cometer certos tipos de ilícitos criminais.

De igual modo, é pouco o apoio atribuído, pelas entidades competentes, às crianças que tenham passado por alguma situação traumática e aos jovens delinquentes uma vez que o país carece de instituições de reinserção social eficientes, principalmente para os jovens e os réus primários de delitos menores, pois todos os atos criminais são tratados com privação de liberdade, onde passam uma “temporada”. Como diz a população, o jovem entra “mau” e sai “pior”. Normalmente, a situação desses jovens agrava-se após a saída do centro prisional, na medida em que não encontram um lugar na sociedade acabando por enveredar definitivamente por uma vida de crime, e isso vai crescendo como uma “bola de neve”.

#### 4.1.1 -A criminalidade em São Tomé e Príncipe versus alguns países da região

Através dos dados a seguir, a Organização das Nações Unidas estabelece a comparação entre a ocorrência de alguns crimes entre RDSTP e alguns dos países vizinhos, sendo registado o número de casos ocorridos em cada 100.000 habitantes.

Tabela 4-Dados estatísticos dos crimes de assalto, rapto e roubo de alguns países africanos

Evolução do Crime de Assalto <sup>11</sup>										
Países	Ano (nº de casos em cada 100.000 habitantes)									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
S.T.P	—	0,0	2,5	0,6	3,0	0,0	2,3	—	—	—
Nigéria	—	—	10,3	9,7	9,1	11,3	—	9,1	9,5	—
Costa do Marfim	—	—	52,1	52,6	—	—	—	—	—	—
Camarões	17,3	16,9	18,3	—	7,4	9,0	24,2	26,8	10,3	12,7
Evolução do Crime de Rapto										
STP	—	—	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	—	—	—
Camarões	—	—	—	—	—	—	—	20,8	—	
Nigéria	—	—	0,2	0,2	0,5	0,5	—	0,4	0,3	
Evolução do Crime de Roubo <sup>12</sup>										
STP	—	1,3	0,0	0,0	3,0	9,4	11,5	—	—	—
Camarões	66,3	73,4	51,7	—	64,1	105,8	96,4	112,6	60,8	64,2
Nigéria	—	—	14,3	15,8	25,8	12,8	—	13,4	13,9	—

Fonte: ONU

De acordo com quadro acima apresentados constatamos que São Tomé e Príncipe, em relação aos países mencionados, aparenta-nos ser um país calmo, apresentando oscilações relativamente baixas como é o caso do ano de 2010 onde não se registou nenhum crime de roubo em cada 100.000 habitantes, contrariamente ao que aconteceu, por exemplo, na Nigéria onde em 2011 conheceu 11,3 novos crimes de roubo em cada 100.000 habitantes.

<sup>11</sup> <https://data.unodc.org/#state:1>

<sup>12</sup> <https://data.unodc.org/#state:3>

Tabela 5-Dados estatísticos dos crimes de violação infantil e estupro de alguns países africanos

<b>Evolução do Crime de Violação Infantil</b>										
<b>Países</b>	<b>Ano</b>									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
STP	—	1,3	0,0	4,9	2,4	2,4	5,8	—	—	—
Camarões	1,3	1,4	2,8	1,8	—	—	—	—	—	—
Nigéria	—	—	—	—	—	—	—	—	0,3	—
<b>Evolução do crime de Estupro</b>										
STP	—	0,6	1,2	3,1	4,2	1,2	1,7	—	—	—
Camarões	3,3	3,1	2,3	—	2,5	3,7	3,5	3,0	1,3	1,3
Nigéria	—	—	1,1	—	—	—	—	—	0,5	—

Fonte: ONU

Como podemos observar nos dados acima, em São Tomé e Príncipe, há crimes que em um ano duplicaram – como é o caso do crime de violação infantil que conheceu um aumento de 5,8 casos no ano de 2011. Se recuarmos um pouco no tempo, veremos que em 2008 registou-se mais número de casos em STP (4,9) em cada 100.000 habitantes do que nos Camarões, onde o houve o registo de apenas 1,8 casos em cada 100.000 habitantes.

#### 4.2 – Sistema de Segurança em São Tomé e Príncipe

O professor João Raposo (2006:43) define o sistema de segurança interna como um “conjunto institucional dos serviços e órgãos estaduais responsáveis pela definição e execução da política de segurança interna”, o que significa que tem que existir, em primeiro lugar, uma política de segurança interna e, os órgãos competentes para executar e assegurar a prossecução desta mesma política.

Neste sentido, em São Tomé e Príncipe, o órgão responsável pela elaboração das políticas e das estratégias relativas à segurança Interna é Ministério da Defesa e Administração Interna, tendo em vista o bem-estar da população, o Ministério perante as novas complexidades, de atores e de ameaças.

Concomitantemente, após a definição da política de Segurança Interna, pelos órgãos competentes, a execução desta política, compete às forças e aos serviços de segurança (FSS), em que, as primeiras, de acordo com João Raposo, são entendidas como “corporações policiais que têm por missão assegurar a manutenção da ordem e segurança públicas e o exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos, dispendo para o efeito de uma estrutura organizativa fortemente hierarquizada, especialmente habilitada para o uso coletivo de meios coercivos” e os serviços de segurança entendidos como “os demais serviços, não necessariamente policiais, que concorrem para garantir a segurança interna, prescindindo, para o efeito, de uma organização daquele tipo” (Raposo, 2006:49). Por conseguinte, STP possui uma força de segurança, com as suas unidades especializadas, e vários serviços de segurança para assegurar o cumprimento da política de segurança são-tomense.

Essas FSS são especificadas no Decreto-Lei 28/2009, que aprova o Estatuto do Pessoal das Forças e Serviços de Segurança, no artigo 4º, que diz o seguinte:

“O presente diploma é extensível ao pessoal pertencente aos corpos de Polícia Nacional, Serviço de Migração e Fronteira, Unidades do Comando Autónomo da Guarda Pessoal, Unidade da Polícia Fiscal Aduaneira, Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros, Serviços Prisionais e de Reinserção Social e Serviço de Informação (SINFO), que passam a constituir unidades especiais das Forças e



Elaborado pelo autor

Serviços de Segurança (FSS)”. Apesar da menção dessas instituições como FSS, a Polícia Nacional é a única que possui um Estatuto Orgânico próprio, o que significa



que os restantes serviços respondem diretamente ao Ministério da Administração Interna São-Tomense enquanto a Polícia Nacional responde ao Comando geral da Polícia. Desta forma segue-se a caracterização das FSS são-tomense:

a) Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe (PN)

A PN é a força de segurança que tem como objetivo, em união com os serviços de segurança, a segurança interna do país. O decreto-lei nº 6/2014, de 23 de Abril define



Figura 1 - Distribuição da PN. Fonte: PNSTP

a PN como “uma força paramilitar de segurança pública e ordem interna, uniformizada e armada, que tem por funções a defesa dos direitos pessoais, liberdade e garantia dos cidadãos, a defesa da legalidade democrática e da garantia de segurança interna, de harmonia com o disposto na Constituição e nas demais leis. ” A PN goza de

autonomia administrativa, sendo uma das suas competências, especificada na f) do artigo 1º do diploma, a “ prevenção da criminalidade e o terrorismo”, sempre em coordenação com outros serviços de segurança. É também da competência da PN a prevenção de qualquer a prática de qualquer comportamento que são contrárias às leis.

Como referido anteriormente, este é o único organismo da segurança interna são-tomense que, no momento, dispõe de uma lei orgânica própria. A criação do decreto-lei em questão teve como objetivo de criar uma força de segurança capaz de dar resposta às necessidades do país no que concerne à segurança interna, tendo sempre em atenção a realidade económico-social nacional.

De acordo com o documento, acima referido, no artigo 20º, nº1 e 2, a Polícia Nacional conta com seguintes unidades especiais:

- Os Comandos Distritais e Regionais – são unidades policiais de jurisdição distrital e regionais que possuem atribuições da PN nas respetivas áreas de responsabilidade, exercendo o comando regional do Príncipe em todo o território da região (art.45º, Lei Orgânica da PN).

- Grupo de intervenção e Segurança (GIS) é a reserva da Polícia Nacional tendo a direta dependência do Comandante Geral da Polícia Nacional (art.41º, Lei Orgânica da PN), ou seja, a última força a intervir depois da Polícia Nacional esgotar os seus meios. É única em todo o território nacional como reforço policial. No entanto é da sua exclusiva competência matérias relacionadas com o terrorismo, crimes violentos e graves.
- Unidade Especial de Trânsito – é a unidade especial com o objetivo de fiscalizar e regularizar o trânsito (art.42º, Lei Orgânica da PN), e depende diretamente do Comandante Geral da PN.
- Unidade de Polícia Fiscal e Aduaneira (UPFA) – “é a unidade especializada e vocacionada pelo controlo marítimo e fronteiriço de pessoas e bens pela prevenção de atos ilícitos e pela repressão de infrações e fraudes sobretudo no âmbito fiscal e aduaneiro” e depende diretamente do Comandante Geral (art.44º, Lei Orgânica da Polícia Nacional).
- Unidade da Guarda Presidencial - responsável pela proteção do Presidente do país, formado por efetivos provenientes das Forças Armadas e da Polícia Nacional.
- Unidade de Proteção dos Dirigentes do Estado ou o Corpo de Segurança Pessoal - como o seu nome indica, é o organismo responsável pela proteção dos Dirigentes do Estado santomense. A unidade é composta por efetivos provenientes da Polícia Nacional e das Forças Armadas (art.43, Lei Orgânica da PN).

#### b) Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros

Serviço de Segurança Interna com a base da atuação na capital do país. Este serviço carece de uma legislação por isso foi apresentada pela Assembleia Nacional São-Tomense, em 2015, uma proposta de Lei para a regulamentação da matéria de Proteção Civil e Bombeiros com o intuito de “criar mecanismos que permitam assegurar e articular as atuações atempadas e eficazes dos serviços de proteção civil e bombeiros na prevenção e socorro em caso de acidentes graves ou catástrofes, bem como definir linhas de orientação, estabelecendo áreas de intervenção, fixando competências e atribuições de cada serviço” (Assembleia Nacional, 2015).

De acordo com o artigo 2º da proposta de lei acima referida, o Corpo da Proteção Civil e de Bombeiros desenvolve uma atividade de caráter permanente, multidisciplinar e plurissetorial, em todo o território nacional. O diploma define o serviço de Proteção Civil e Bombeiros, no seu art. 3º como “a atividade desenvolvida pelo Estado, a nível nacional, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes as situações de acidente grave<sup>13</sup> ou catástrofes<sup>14</sup> de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas, outros seres vivos e bens em perigo quando aquelas situações ocorram, bem como proteger bens e valores culturais, ambientais de elevado interesse público e apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas” evitando, desta forma, que se arraste para uma situação de calamidade, ou seja, evitar que os efeitos não se prolonguem no tempo e no espaço.

Neste seguimento de ideias, é da responsabilidade dos bombeiros o levantamento, a previsão, a avaliação e a prevenção dos riscos naturais ou tecnológicos, bem como, analisar de forma permanente as vulnerabilidades perante situações de risco. Constitui, de igual modo, segundo o diploma, uma das competências da proteção civil é informar e formar a população tendo em vista a sua sensibilização concernente as matérias de autoproteção e de colaboração com as autoridades nacionais, planear soluções de emergência. Presentemente o organismo possui 90 efetivos, 6 viaturas de combate aos incêndios e, apenas, 1 ambulância.

#### c) Serviço de Migração e Fronteiras (SMF)

É um serviço enquadrado no sistema de Segurança Interna através das forças e Serviços de Segurança. Tem a sua sede em São Tomé e uma unidade na Região Autónoma do Príncipe, possuindo aproximadamente um efetivo de 60 homens e mulheres.

---

<sup>13</sup> Acidentes graves são entendidos pelo diploma como “um acontecimento repentino e imprevisto, provocado por ação do homem ou da natureza, com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço suscetíveis de atingirem as pessoas, os bens ou meio ambiente.”

<sup>14</sup> Catástrofe é definida pelo diploma de proposta de lei como “um acontecimento súbito quase sempre imprevisível, de origem natural ou tecnológica, suscetível de provocar vítimas ou danos materiais avultados, afetando gravemente a segurança das pessoas, as condições de vida das populações e o tecido socioeconómico do País.”

De acordo com o seu portal oficial compete ao Serviço de Migração e Fronteiras:

- “O controle da circulação de pessoas nas fronteiras da permanência e das atividades de estrangeiros em território nacional e;
- O estudo, a promoção, a coordenação de medidas e políticas relacionadas com movimentos migratórios”, lutando, diariamente, no combate à criminalidade transnacional tendo como objetivo a prevenção e a eliminação de qualquer tipo de risco para a integridade do território santomense e para a sua população, desenvolvendo políticas de combate ao fluxo migratório ilegal e do crime organizado. ”

d) Serviços de Informação (SINFO)

O SINFO é criado pelo decreto 21/1991 de 31 de Julho e trata-se de um serviço público, integrado numa estrutura de coordenação do Ministério da Defesa e Ordem Interna são-tomense, possuindo competências exclusivas na produção de informações necessárias para garantir a independência nacional, a segurança interna e externa do Estado são-tomense.

No âmbito das suas competências, compete-lhe a recolha, o processamento e a difusão de informações no quadro da Segurança Interna, nos domínios da sabotagem, do terrorismo, da espionagem( incluindo a espionagem económica, tecnológica e científica), e de todos os demais atos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito democrático, incluindo os movimentos que promovem a violência (designadamente de inspiração xenófoba ou alegadamente religiosa, política ou desportiva) e fenómenos graves de criminalidade organizada, mormente de carácter transnacional, tais como a proliferação de armas de destruição maciça, o branqueamento de capitais, o tráfico de droga, o tráfico de pessoas e o estabelecimento de redes de imigração ilegal.

e) Serviços prisionais e Reinserção Social - com a sede na cidade capital, perto do comando da polícia de Água Grande, estando hierarquicamente enquadrados no Ministério da Defesa e Administração Interna, possuindo a mesma categoria profissional que as outras forças e serviços de segurança. Possui, dentro das suas capacidades e recursos económicos e humanos, um serviço de reinserção

social, possuindo um psicólogo que tem o objetivo de reintegrar os indivíduos na sociedade.

Apesar das melhorias já alcançadas no único estabelecimento prisional do país, em 2015, Relatório dos Direitos Humanos em São Tomé e Príncipe, evidenciou como um dos maiores problemas do estabelecimento a superlotação e a não diferenciação dos reclusos, como por exemplo as mulheres e os homens dividiam a mesma cela (o mesmo se passava entre os detidos temporários e os condenados bem como os réus primários e os reincidentes).

- f) Guarda Costeira – é uma unidade autónoma do exército das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe com a lei nº 8/2010. No entanto, as missões da Guarda Costeira são definidas com o decreto lei nº 9/2012. A Guarda Costeira é destinada a “defesa e proteção dos interesses económicos do país no mar sob a jurisdição nacional”, e participa, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionada para a preparação de forças da componente operacional naval do sistema de forças” (art. 55 e 56 nº1, Decreto-lei 9/2012). Neste sentido, a guarda costeira atua como a força complementar ao Sistema de Segurança Interna. Possui um total de 210 efetivos e 5 embarcações, tendo a maior 14 metros.

#### **4.3 - Potencialidades do Sistema de Segurança Interna de STP**

Nesta fase da nossa investigação, torna-se imprescindível a caracterização dos elementos que facilitam a segurança da população, dentro das fronteiras nacionais, pois, apesar do seu fraco desenvolvimento económico, o país apresenta alguns fatores positivos facilitadores da paz e da ordem interna. Dentre estes fatores, encontramos a coesão social, a sociedade estruturalmente não violenta, a condição insular do Estado e a pequena dimensão geográfica.

#### **4.3.1 - Coesão Social**

A nível interno, São Tomé e Príncipe, ao contrário do que se passa por exemplo na Guiné Bissau (Nóbrega, 2015:98) e em Angola (Veríssimo, 2016:255), é dos poucos países Africanos que não enfrenta o problema relacionado com a divisão étnica apesar do país se encontrar dividido em quatro grupos sociais – o forro, o angolár, tonga e o linguyé (população do príncipe) que alguns autores consideram serem grupos étnicos. É o caso de Paulo Valverde (2000) na sua dissertação de Mestrado, “*Máscara, Mato e Morte em S.Tomé e Príncipe*” classifica ao longo do seu trabalho os angolares como um grupo étnico. Todavia, Gerard Seibert (2001:61) classifica os diferentes grupos existentes no país como grupos socioculturais e não étnicos e essa essa homogeneidade étnica promove uma coesão social que não se encontra com facilidade no Continente Africano. Por outro lado, STP sendo um país maioritariamente cristão, não existem clivagens religiosas.

Na definição de Marx weber, grupos étnicos “são grupos humanos que têm uma mesma crença subjetiva na sua descendência comum devido a semelhanças de tipo físico, costumes ou ambos, ou ainda devido às memórias de colonização e migração” (Weber, 1978:289). Apesar de cada um destes grupos possui a sua própria língua têm todos um sentimento de pertença à sociedade santomense, acreditando ter todos a mesma história, crença e partilharem os mesmos valores. Portanto, a coesão social e a nacional são um grande potencial na produção da segurança no país.

#### **4.3.2 - Pequena dimensão geográfica**

STP é um país com uma dimensão geográfica relativamente pequena, 1001 KM<sup>2</sup>, constituído por seis distritos (cinco na ilha de São Tomé e um na ilha do Príncipe) o que deveria facilitar, de certa forma, o trabalho dos agentes da segurança interna no que concerne à implementação das políticas de segurança, desenvolvida pelo Estado, tendo em vista um controlo efetivo do território possibilitando por exemplo o uso de viaturas em casos apenas de longa distância. Esta pequena dimensão facilita, por um lado, a mobilidade dos agentes e, por outro, por se tratar de uma realidade onde todos se conhecem, torna difícil a população não se aperceber de algo estranho.

### 4.3.3 - Sociedade estruturalmente não muito violenta

São Tomé e Príncipe é uma sociedade, como pudemos comparar com outras regiões do continente, relativamente pacífica. Como diz o professor Rui Pereira “STP é um país relativamente seguro onde os fenómenos criminais são de baixa intensidade.

Na mesma linha de pensamento, o deputado são-tomense Delfim Neves (2016:26) afirma que “...quem conhece São Tomé e Príncipe sabe que a violência não faz parte nem da cultura política, nem da cultura social do país” mostrando que tradicionalmente, a sociedade são-tomense é calma com uma população paciente não muito dada a conflitos, sendo o único momento em que o país se envolveu em conflito foi na luta pela sua independência.

### 4.3.4 – Condição insular do Estado São-tomense



**Figura 2** - Localização Geográfica de São Tomé e Príncipe. **Fonte:** Internet

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP), situada na África Central, no Golfo da Guiné, é formada por duas ilhas (a Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe) que dão nome ao país e alguns ilhéus (das Rolas, Cabras, de Santana, das Sete Pedras, do Bombom, da Pedra Galé, das Pedras Tinhosas, dos Mosteiros e do Carço) situados no Golfo da Guiné distando cerca de 300 km da Costa do Gabão. Por se tratar de 2 ilhas localizadas no meio do Golfo da Guiné, o país não possui fronteiras terrestres sendo os países mais próximos o Gabão (308 km), a Guiné

Equatorial (445 km), os Camarões (549 km) e a Nigéria (1007 km), distâncias que apesar de serem curtas dificultam a fuga dos criminosos, dissuadindo, desta forma, a atuação dos grupos criminosos.

#### **4.4 - Vulnerabilidades do Sistema de Segurança Interna**

Apesar das potencialidades acima referidas, várias são as vulnerabilidades a que afetam o bom desempenho das nossas forças e serviços de Segurança, a nível interno, dos cidadãos são-tomenses.

Devido ao fraco desenvolvimento do país (Santos, 2008:157), o Estado tem enfrentado vários desafios no que concerne ao dever da garantia de segurança à população. Estas vulnerabilidades são de índole diversa, desde a falta de uma lei de segurança interna, falta de recursos materiais, e a falta de eficiência na afetação dos poucos recursos disponíveis e a falta de motivação dos agentes à má distribuição geográfica das forças e serviços de segurança e a condição da exiguidade do Estado.

##### **4.4.1 - A falta de uma lei de SI**

A ausência de uma lei de Segurança Interna, bem como a falta de existência de uma lei Orgânica para cada serviço de segurança constituem uma das vulnerabilidades do sistema, ou seja, evidencia-se um vazio numa das áreas estratégicas do Estado. Há uma falta de delimitação dos campos de atuação das FSS, apesar de na prática haver uma tentativa preenchimento desse vazio, originando uma sobreposição das competências e uma difícil definição do que constitui uma ameaça à segurança interna.

A constituição da República são-tomense é bem clara no seu art. 36º quando afirma que “Todos têm direito à segurança”, neste sentido, os vários organismos competentes têm tentado, dentro das suas possibilidades, garantir a segurança da população são-tomense. Segundo a assessora do anterior Ministro da Ordem Interna, Arlindo Ramos, tem havido esforços na tentativa de adoção de uma lei de Segurança Interna (LSI), mas que, todavia, devido alguns contratempos chegou há poucos dias ao parlamento para discussão.

No entanto, é também possível que a notória falta de especialistas na matéria seja um dos principais entraves à concretização do projeto da Lei de Segurança Interna. Para mitigar esta situação, tendo em vista a consolidação do Sistema de Segurança Interna São-tomense, tem sido oferecida formação, que passa pela atribuição de



bolsas de estudo externas aos agentes das FSS, projeto em que Portugal ocupa um lugar de destaque<sup>15</sup>.

A inexistência de uma Lei de Segurança Interna aprovada pelo parlamento, associa-se à falta de uma política clara de Segurança Interna, como afirmou o entrevistado membro da PN “não existe uma política de segurança estruturada. Na prática, o que temos são medidas adotadas no momento para a manutenção da paz, da ordem e da tranquilidade públicas, ou seja, existem medidas *ad hoc*”. Medidas baseadas na adaptação da LSI portuguesa à realidade são-tomense, o que mostra a capacidade dos nossos agentes da segurança em adaptarem os seus conhecimentos às necessidades específicas e ao contexto são-tomense. Entretanto, pelo facto de estarmos perante um país insular, onde as ameaças que têm lugar no mar estendem-se à terra, sentimos uma ausência de Estratégia de Defesa Nacional de forma a estabelecer a ligação entre as duas áreas de segurança do país. Sabemos que no presente século é difícil estabelecer a fronteira que separa a Segurança Interna da Segurança Externa, logo, as políticas desenvolvidas devem ter em conta esta interdependência.

#### **4.4.2 - Alto nível de população jovem**

A população são-tomense ronda os 200 mil habitantes (6 mil vivem na ilha do Príncipe), onde a maioria da população é jovem, de idade compreendida entre os 14 e os 29 anos, com uma taxa de natalidade rondando 3,13% por ano e uma experiência média de vida de 67 anos (INE, 2012). Essa taxa juvenil, constitui um desafio para o possível sistema de Segurança Interna que necessitará de investir nessa camada jovem de modo a potenciar as suas capacidades em prol da sociedade através da educação, que passará pela formação e pelas campanhas de sensibilização, dos seus jovens e da sua população, uma vez que a segurança é um dever de todos.

E se a juventude da população significa um grande potencial de pujança e de inovação também é verdade que quantidade não é sinónimo de qualidade, aliás, buscando os exemplos dos países da África Subsariana que possuem em regra um elevado índice juvenil, verificamos que o nível de conflitualidade nesses países é cada

---

<sup>15</sup> Existe uma cooperação entre Portugal e São Tomé e Príncipe sobre a segurança interna que é manifestada através da Cooperação Técnico-Policial de 1989, entre os dois Estados.

vez mais elevado e os Estados da região têm mostrado uma certa dificuldade em lidar com o problema.

Quanto mais elevada for a taxa da natalidade, maior terá que ser o investimento na educação, na saúde e na alimentação dessas crianças que serão os jovens e, posteriormente, adultos do país. A formação constitui sem dúvida o motor do desenvolvimento para as sociedades na medida que proporciona aos profissionais a aquisição de conhecimentos necessários para a exploração das potencialidades do país, logo, uma população jovem ativa e interveniente no processo de segurança do país depende da capacidade do governo em desenvolver políticas que garantam a qualificação dos mesmos, pois, enquanto a população cresce em proporção geométrica a economia cresce em proporção aritmética e a conjuntura do país que ainda é muito permeável à corrupção, impunidade e clientelismo (Seibert, 2001 e Espírito Santo, 2008) tem-se mostrado incapaz de responder aos desafios colocados ao Estado nesta era de globalização e de mudança social e moral, conduzindo a um aparecimento de sentimento de descontentamento entre os jovens e possivelmente à crescente tensão social protagonizado pelos mesmos que procuram singrar no mercado dominado pelos mais velhos.

Neste sentido, cabe agora ao Estado, através de órgãos competentes, encararem os gastos efetuados no empoderamento dos jovens como um investimento e não como um desperdício ou gasto sem retorno.

#### **4.4.3 - Falta de recursos materiais**

A falta de recursos materiais (indicada como um dos principais desafios por quase todos os entrevistados) resultante da condição da exiguidade do Estado agravado pelo fenómeno da corrupção e clientelismo constitui, sem dúvida, uma das principais vulnerabilidades do possível SSISTP.

Dada a importância que os Estados modernos têm dado às questões de segurança, podemos confessar que partimos para o trabalho de campo com uma certa esperança de que as Forças e os Serviços de Segurança são-tomenses tivessem mínimas condições e que possuíssem, pelo menos, os equipamentos básicos que lhes facilitassem no processo de garantia da segurança à nossa população. No entanto, todos os organismos por onde passámos evidenciavam a falta de meios como uma das

principais vulnerabilidades do sistema uma vez que segundo os nossos informantes, este era um problema transversal a todos os serviços de segurança do país. A falta de recursos materiais implica uma resposta tardia e, eventualmente, ineficaz a qualquer constrangimento à paz e à segurança dos cidadãos. A imagem bem ilustrativa da séria deficiência com que se confrontam diariamente as forças e serviços de segurança é, por exemplo, a recorrente impossibilidade dos Serviços de Proteção e Bombeiros em conseguir extinguir adequadamente os incêndios por se acabar a água para os combater ou por não conseguirem aceder ao foco de incêndio, designadamente pelas mangueiras não possuírem comprimento suficiente. Com relação à polícia Nacional os relatos foram da falta de viaturas em bom estado de conservação e a falta de combustível que tem condicionado (entrevistado B), muitas vezes, o serviço dos agentes. De acordo com o jornal Lusa (2015), o chefe do governo são-tomense mostrou-se preocupado com o aumento da criminalidade e a falta de condições e a debilidade das forças e serviços de segurança para combatê-la. O mesmo continua dizendo o seguinte: “Nós temos uma polícia de investigação criminal atualmente com dez processos disciplinares e que não tem pistolas. É verdade que a criminalidade aumentou e tem estado a aumentar porque há um vazio. Não há nada para, de facto, travar esses crimes, não há meios, não há homens, não há políticas”<sup>16</sup>.

#### **4.4.4 - A falta de eficiência na afetação dos poucos recursos disponíveis**

A falta de uma estratégia de segurança Interna baseada na dificuldade de partilha de informação entre as diversas forças e serviços de segurança, uma vez que os mesmos não possuem uma base de dados, por todos os organismos nacionais contribui para o desperdício de recursos que já são escassos.

A sobreposição de pequenas unidades, como é o caso da Unidade da Guarda Presidencial e a Unidade da Proteção dos dirigentes do Estados que são considerados serviços especiais da SISTP e possuem estruturas autónomas, também contribuem para uma deficiente afetação dos recursos. Razões de política aparte, a integração de ambos os serviços na Polícia Nacional, respondendo ambos ao comandante geral da polícia, seria, em nossa opinião, vantajosa pois evitaria duplicações de unidade e preveniria, desta forma, a ascensão de pequenos poderes uma vez que essas unidades

---

<sup>16</sup> <http://portocanal.sapo.pt/noticia/51345/>, acesso 23/12/2016

têm cada uma o seu comandante, a sua secretaria e as suas regras de acesso e progressão na carreira, o que acaba por ser um desperdício de recursos que seriam necessários em outras áreas igualmente importantes para a consolidação do Estado.

#### **4.4.5 - A distribuição geográfica das Forças e Serviços de Segurança**

A distribuição geográfica é, por nós, considerada uma das principais vulnerabilidades do SSISTP, necessitando urgentemente de uma resposta do governo.

A polícia Nacional é o único serviço de segurança que se encontra descentralizado, tendo bases em todos os distritos nacionais, apesar da distribuição ser apenas distrital, e o Corpo dos Bombeiros que abriu, há bem pouco tempo, uma base na cidade da Trindade (distrito de Mé-Zochi), o que condiciona a tarefa do Estado enquanto provedor de segurança para a sua população. Temos o exemplo dos Corpos dos Bombeiros que não conseguem chegar a tempo, devido à distancia acrescida à falta de recursos, para controlar os incêndios em zonas mais distantes da capital tendo as populações desses distritos de se valer a si próprias na tentativa, muitas vezes infrutíferas de tentar evitar que as casas, normalmente de madeira, sejam reduzidas a cinzas.

#### **4.4.6 - A falta de motivação dos agentes de segurança**

A falta de motivação dos profissionais condiciona, muitas vezes, o seu desempenho na tarefa de garante de segurança à população. Essa falta de motivação é originada, muitas vezes, pelo baixo salário auferido por esses profissionais, pelas más condições de trabalho que lhes são oferecidas, excessivas cargas horárias, a falta de valorização pelos seus superiores (João Cravid, 2015:50). A juntar a este enquadramento profissional desfavorável, existem outras situações que são apontadas como causadoras de desmotivação dos agentes. A primeira tem a ver com a falta de eficiência do sistema judicial pois, tal como afirma o inspetor da Polícia de Investigação Criminal, Idalécio Almeida, ao jornal online Notícia ao Minuto (10/02/2015), esta constitui um fermento para a falta da motivação dos agentes que perguntam: porquê prender se amanhã já estarão a andar nas ruas?

O tráfico de influências e a corrupção constituem igualmente um fator de desmotivação na medida em que alguns agentes vêm-se confrontados, no âmbito das

suas investigações e diligências, com ordens superiores para arquivarem o caso devido ao grau de influência do arguido.

#### **4.4.7 - A corrupção dos agentes**

A corrupção praticada pelos funcionários públicos constitui de igual forma um entrave ao progresso económico e social da nossa sociedade.

As muitas horas de trabalho, a condição de deterioração da economia nacional e o baixo salário são elementos que têm facilitado o aumento da prática da corrupção entre os trabalhadores públicos do país, incluindo os agentes de segurança - onde os agentes muitas vezes recebem as ditas “gasosas” para deixar os infratores impunes, em que apresentáramos como exemplo alguns agentes de trânsito que durante uma operação *stop* recebem subornos por parte dos motoristas, por sua própria sugestão. A corrupção enfraquece, desta forma, o sistema de segurança nacional deixando um vazio que, facilmente, pode ser explorado pelos criminosos.

#### **4.4.8 - A condição de pequeno Estado Insular**

“Os pequenos estados insulares constituem o conjunto específico de territórios soberanos em forma de ilhas ou de arquipélagos, cercados de mar por todo o lado” (Menezes, 2012:126)

A República Democrática de STP é um arquipélago, com uma superfície de 1001 Km<sup>2</sup> e uma população de cerca de 200 mil habitantes, situado no Golfo da Guiné, formado por duas ilhas principais, que dão nome ao país, a Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe, e por cinco ilhéus. A economia do país é fortemente financiada pelas ajudas externas, chegando a ser denominada de “economia da ajuda” (Santo, 2008: 178).

Há uma grande discussão à volta daquilo que seria considerado de pequeno Estado insular, no entanto, estes podem ser definidos por três características que são: a insularidade, área terrestre de pequena dimensão e uma população reduzida (Estevão, 2015).

A questão dos pequenos estados começou a suscitar interesses após o processo da descolonização e, posteriormente a formação do movimento dos não alinhados, no

entanto, a separação entre os pequenos e grandes estados é feita desde o Congresso de Viena, nesse caso sendo denominadas de grandes e pequenas potências, quando as questões mais importantes eram tomadas apenas pelas grandes potências, e o professor Políbio Valente (2012:29) confirma esta teoria ao afirmar que “ao pequeno Estado corresponde, normalmente, uma pequena potência”, possuindo sempre um número reduzido de população, um território, igualmente, reduzido e poucos recursos. Nesta linha de pensamento, o prof. Adriano Morreira define as pequenas potências como “todas aquelas que necessitam de associar-se a uma potência diretora, para a prossecução dos seus interesses...” (Moreira, 1983:11).

Outro termo usado como sinónimo de pequenos Estados é o termo Estados exíguos ou Microestados que o professor Sousa Lara define como “Estados que pela sua escassa dimensão territorial e exígua ou diminuta população, não têm condições materiais para poderem exercer as competências da soberania, designadamente o soberano Direito de fazer guerra, e, como consequência a parte dos outros direitos com íntima ligação a este ponto” (Lara, 2013:286).

Notemos que, apesar da Convenção de Montevideo sobre o direito e os Deveres dos Estados de 1933 nos seus primeiros artigos os critérios necessários para que uma entidade seja reconhecida como Estado no cenário internacional: população, governo, território, e capacidade de estabelecer relações com os outros estados – o que mostra a legalidade da igualdade internacional entre os estados, na prática estes não se encontram em pé de igualdade, exemplo que podemos tirar por exemplo do Conselho de Segurança da ONU (Carvalho, 2013:8-16), sendo os Estados classificados com base nas suas economias e no seu poder e influência no cenário internacional, o que mostra que os estados são classificados não apenas pelos meios quantitativos mas também qualitativos.

Esta fragilidade económica deixa o Estado São-Tomense desprovido de condições para investir no fortalecimento e inovação das várias áreas e, consecutivamente, nas instituições da segurança interna que quase sempre depende de fundos externos, refletindo, desta forma, na carência de meios para assegurar uma das suas áreas estratégicas, a segurança, acabando por abrir mão das suas competências.

#### **4.5- Dimensão Externa da segurança Interna são-tomense**

É na lógica do longo caminho que traçamos até aqui, que dada a complexidade do conceito de segurança, que nos fez cogitar a hipótese de que o estudo de segurança tendo como realidade de estudo São Tomé e Príncipe não seria viável, que tentaremos aqui identificar as ameaças e riscos à nossa segurança que tem origem fora das fronteiras nacionais.

De acordo com José Seixas Fonseca (2010:62), “a nova roupagem da LSI portuguesa vem trazer uma nova ferramenta, de resposta às ameaças e riscos, que têm frequentemente a sua origem em fatores genéticos distantes, situados no exterior das fronteiras, obrigando os Estados a procurar na cooperação internacional a resposta para os prevenir e combater.”

A questão da segurança é algo que deixou, principalmente após 11 de Setembro, de ser apenas uma preocupação exclusiva de um Estado em particular havendo a necessidade da criação de acordos entre Estados, dado o aumento dos riscos e ameaças transnacionais à segurança interna dos Estados, fruto da crescente complexidade do mundo em que vivemos.

Começaremos por fazer um breve enquadramento sobre a questão da segurança na região do Golfo da Guiné, pois para nós é importante percebermos a vulnerabilidade da região onde o país se encontra inserido.

##### **4.5.1 - A Segurança na região do Golfo da Guiné**

A segurança no Golfo da Guiné pareceu-nos uma questão que merece a nossa atenção, como uma das dimensões externas da segurança do país dada a localização de STP, que com mais 12 países costeiros (Libéria, Gana, Costa do Marfim, Benim, Nigéria, Togo, Guiné Equatorial, Congo, Gabão, Angola, Camarões e RDC) e cinco distantes da área marítima (Burkina Faso, Mali, República Centro Africana, Chade e Níger), atribui à região do Golfo da Guiné uma área de 6 471 222 Km<sup>2</sup> de território continental – 1,5 vezes maior que a União Europeia – e com uma população total de cerca de 350 milhões de habitantes onde, não fugindo a regra da maioria dos países do continente, mais de 50% da população encontra-se na faixa etária inferior aos 15 anos. Tendo em consideração os problemas de segurança enfrentados na região,

tentaremos posteriormente analisar o impacto destas ameaças à segurança interna do nosso país.

Uma região que apesar de ser rica em recursos naturais, principalmente petróleo e gás natural – que lhe dá um certo “poder funcional”, enfrenta graves desafios de cariz económico, social e de segurança relacionada com a conflitualidade étnica e religiosas que se faz presente nesta região do continente (Veríssimo, 2016: 206-215), onde evidenciamos a expansão de dois grupos radicais na Nigéria (Boko Haram e o Movement for Emancipation of Niger Delta [MEND]) (Reis Rodrigues, 2011:2), como consequência da falta de capacidade do governo nigeriano de exercer controle nas regiões onde estes grupos se radicam, o que, em grande medida, abala a segurança deste país e, consequentemente, alarga a sua ameaça para a região do Golfo da Guiné e a nível global.

Por outro lado, a migração não regulada das populações, entre os países da região, é outro desafio à estabilidade e à paz nos países de acolhimento e, consequentemente, na região, uma vez que a maior parte desta população possui uma baixa qualificação técnica ou, em algumas situações, não possui qualificação nenhuma e, em boa verdade, como afirma Veríssimo, 2016, “ este fenómeno aumenta o exército de desempregados aí já existentes, integrando os esquemas de vida informais que muitas vezes se transformam em esquemas criminosos”, visto que a imigração descontrolada é “ uma fonte de insegurança, podendo ser aproveitada pelo terrorismo internacional e o crime organizado” (Veríssimo, 2016:220).

A existência de uma elevada taxa de crescimento da população, onde mais da metade é jovem, deveria, supostamente, constituir uma das potencialidades da mesma se a população não fosse fustigada por uma elevada taxa de mortalidade infantil fustigada por pandemias, endemias e a pobreza constante, acabando por constituir, desta forma, um dos maiores desafios enfrentados pelos Estados da região.

De acordo com o fundo para a paz (2013) seis dos Estados da região encontram-se entre os 20 cimeiros do Índice dos Estados Falhados<sup>17</sup>, pois “todos se debatem com um défice de meios, de organização e de preparação para garantir o exercício de

---

<sup>17</sup> 2º - República Democrática do Congo; 5º - Chade; 12º - Costa do Marfim; 15º - Guiné Equatorial; 16º - Nigéria; 18º - Níger



autoridade nas águas sob sua jurisdição, só variando o grau com que o problema é sentido. Funcionam com base numa economia quase exclusivamente dependente da extração de petróleo e gás, têm, regra geral, governos autoritários, mas as instituições do Estado são frágeis, o que, no conjunto é a configuração típica dos chamados *Petrolist States*” (Rodrigues, 2014:3).

A região conta, de igual modo, com alguns riscos da vizinhança, onde os principais são os conflitos na região dos Grandes Lagos (Veríssimo, 2016:234), com destaque para a República Democrática do Congo e a República Centro-Africana

A questão da segurança no Golfo da Guiné é algo que os Estados não conseguem lidar de forma unilateral, tendo a necessidade de ancorá-la na confiança e amizade entre estes, por isso realizou-se, no âmbito da Comissão do Golfo da Guiné<sup>18</sup>, tendo a República Democrática de São Tomé e Príncipe participado como membro fundador, em 2012, a Conferência de Luanda sobre a paz e segurança na região, culminando na assinatura da Declaração de Luanda sobre a paz e Segurança do Golfo da Guiné onde os Estados debateram os vários fatores que constituem uma ameaça a paz e segurança na região, e a necessidade da criação de um quadro legal de forma a combatê-los no âmbito internacional, mostrando a sua preocupação “ com a inclusão cada vez maior da região na rota do tráfico de drogas e do crime transnacional organizado de outra índole; com o aumento dos casos de pirataria e roubos a mão armada no mar, convencidos de que o respeito pela integridade territorial, soberania, interesses e objetivos dos Estados na região seja a condição necessária para o estabelecimento, manutenção e desenvolvimento de um ambiente de paz e segurança, que facilite o progresso económico e social” (Conferência de Luanda, 2012).

Posto isto, há uma exortação, na declaração de Luanda, para que os Estados:

“a) promovam um quadro legal internacional contra a compra de petróleo bruto roubado e desenvolvam legislação nacional que garanta a responsabilização criminal dos responsáveis pelos tais atos;

---

<sup>18</sup> Criada pelo Tratado da Comissão do Golfo da Guiné em 2001

b) o desenvolvimento de políticas comuns que impeçam a proliferação e tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre e assegurar a implementação dos acordos e outros mecanismos já existentes;

c) promovam na região um ambiente político, económico e social fundado nos valores da democracia, do respeito dos direitos humanos e da boa governação, combatendo qualquer ideologia, política ou prática que promova o racismo, o etnicismo, ou qualquer outra forma de segregação e ou de violência, e que garanta o reforço e eficácia dos serviços judiciais, a consolidação do Estado de Direito e a transparência dos processos eleitorais;

d) elaborem políticas comuns à região tendo em vista o combate, à produção e consumo das drogas, assim como à utilização do território de região como rota de tráfico para outras regiões, de substancias psicotrópicas” e;

e) desenvolvam estratégias de promoção da paz baseada no trabalho conjunto com a União Africana, A zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e, obviamente, as Nações Unidas.” Isto é, seguindo esta linha de pensamento, a segurança de São Tomé e Príncipe passa, primeiramente, pela segurança da região onde o país se encontra inserido.

#### **4.5.2 – Terrorismo**

Tendo em conta o carácter transnacional do terrorismo nenhum Estado, incluindo São-Tomé e Príncipe, no presente século pode considerar-se livre dessa ameaça. Por outro lado, o país tem mostrado uma certa fragilidade relativamente ao setor de segurança, uma vez que o mesmo ainda não possui uma estratégia antiterrorismo, constituindo o terrorismo um dos principais desafios ao SSISTP.

De acordo com o professor Sousa Lara (2007:43) o terrorismo “é um ato político, essencialmente instrumental, ou seja, é um meio e não um fim com o propósito imediato de criar pânico, espalhar medo, generalizar o sentimento de incapacidade nas massas, para que um pequeno grupo que nunca atingiria o poder por vias democráticas, consiga dialogar com o Estado e impor-lhe as suas condições quando não mesmo substituir o dito Estado na sua sede de poder político” . Segundo o professor Adriano Moreira (2014: 183) “o terror é um procedimento que não exige excessivos meios materiais e

humanos, está ao alcance de grupos restritos e tem um campo de ação quase ilimitado que conseguem demonstrar a fraqueza do poder político” e os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 mostraram essa mesma fraqueza, em relação a um Estado que pensávamos ser do mais seguro, colocando as questões securitárias como prioridade na agenda internacional e instituindo o terrorismo como uma das principais ameaças à segurança internacional. Não admira por isso que o presidente George Bush (2001) tenha definido o terrorismo como um ato “*premeditated, politically motivated violence perpetrated against innocents*”

A ONU afirma que o carácter transacional do terrorismo acontece na medida em que os atos terroristas podem abarcar atividades e atores de vários países com o objetivo de desestabilizar os governos, as economias nacionais e o desenvolvimento social.

Nesse sentido, o risco do terrorismo é global, como afirma Paula Brandão, a globalização “permitiu também a transação de ameaças e riscos” (ISCPSI, 2001), no entanto, o risco não acontece simplesmente pelo fato de se evidenciar a existência ou a probabilidade de existência de uma ameaça mas sim pelas “vulnerabilidades e pelas consequências que podem resultar da materialização da ameaça” (Brandão, 2001), ou seja, o que acontece, em boa verdade, é o medo proveniente da incapacidade de cada sistema de segurança poder dar respostas à essas ameaças.

Deste modo, apesar de não se sentir uma ameaça direta do terrorismo no país, não se pode ignorar a existência de grupos com ligações aos grupos criminais no continente africano que pode acabar por criar ligações com grupos terroristas, que têm emergido, no continente, como arma de luta política originando um elevado número de refugiados. Temos como exemplo prático a existência do grupo terrorista Boko Haram na Nigéria. No entanto, apesar desses dados o país ainda não dispõe de uma política de combate ao terrorismo.

Partindo do princípio de que a segurança ou insegurança de STP depende da estabilidade ou instabilidade da região onde o país se insere, cabe ao Estado aproveitar a disponibilidade e a experiência no palco das várias organizações internacionais bem como os seus mecanismos de segurança. Estaríamos a falar nesse caso, a nível -global, da ONU que tem assumido a liderança nas questões da manutenção e paz internacionais e no combate ao terrorismo e criminalidade transnacionais; a nível regional, da União Africana e da Comunidade Económica dos

Estados da África Central que têm desenvolvido mecanismos para a manutenção da paz no Continente Africano, principalmente, através de projetos de desenvolvimento para o continente, assumindo a maior importância a NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África) ;no caso de STP é ainda relevante salientar o valor estratégico da CPLP que sendo de foro multilateral facilita a troca de informações entre os países lusófonos, uma vez que a comunidade tem procurado dar atenção as áreas de prevenção de conflitos e gestão de crises como resposta às complexidades das novas exigências no contexto internacional no que concerne às questões de segurança, podendo STP aproveitar as experiências dos países com maior desenvolvimento na matéria como é o caso de Portugal e da União Europeia (EU) que tem cooperado com as instituições regionais na manutenção da paz na região.

#### **4.5.3 - Criminalidade Organizada Transnacional**

A natureza transnacional do crime organizado significa que redes criminosas conseguem criar grupos que transpassam as fronteiras dos Estados.

Apesar de não haver uma definição única do que é o crime organizado transnacional, a Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado (2000) define o grupo que pratica tal crime como:

*“Organized criminal group” shall mean a structured group of three or more persons, existing for a period of time and acting in concert with the aim of committing one or more serious crimes or offences established in accordance with this Convention, in order to obtain, directly or indirectly, a financial or other material benefit;* (artigo 2, a), UNTOC, onde o crime ganha um caráter transnacional quando:

- a) “It is committed in more than one State;*
- b) It is committed in one State but a substantial part of its preparation, planning, direction or control takes place in another State;*
- c) It is committed in one State but involves an organized criminal group that engages in criminal activities in more than one State; or*
- d) It is committed in one State but has substantial effects in another State (artigo 3, n° 2, UNTOC)*

No mesmo sentido, as ameaças globais necessitam de estratégias de combate globais, ou seja, de respostas concertadas e o crime organizado transnacional (tráfico

de drogas, tráfico de seres humanos e contrabando de migrantes, branqueamento de capitais, a pirataria, o tráfico de órgãos) é a principal ameaça contra os direitos humanos que desafia a comunidade internacional no presente século.

O crime organizado transnacional pode fragilizar as instituições governamentais na medida que pode ser um facilitador da corrupção, impedindo desta forma o desenvolvimento económico e social das sociedades, pondo em causa a boa governação e a democracia, dando poder àqueles que atuam fora da lei. A pirataria constitui um dos crimes mais preocupantes para os estados do Golfo da Guiné, que têm demonstrado pouca capacidade de exercer um controlo efetivo das atividades que se desenvolvem nos seus mares territoriais. O caso de pirataria no Golfo da Guiné, neste momento ultrapassou, o caso mais mediático do continente africano que é o de Corno de África, que até 2014 tinha sido considerado o caso mais crítico devido os casos de pirataria registados na região, muito favorecido com o fracasso do Estado Somali, que compreende a área entre Iémen e Somália.

Apesar dos casos de pirataria que têm ocorrido no Golfo da Guiné, não terem implicado sequestros de tripulantes e passageiros, tendem a ser mais violentos (Osinowo, 2015:3), assumindo a forma de roubo de navios, petróleo, pescado e combustível (ONU, 2013). Em 2014 registou-se o primeiro caso de pirataria no mar territorial são-tomense. Assistimos a uma mudança no *modus operandi* na criminalidade ocorrida no Golfo da Guiné com relação à do Golfo Áden.

A principal preocupação é que nessa lógica de pirataria muitos são os crimes associados a este, como por exemplo: o tráfico de drogas, o tráfico de armas e o tráfico dos seres humanos, desafiando, desta forma, a segurança internacional e, principalmente, a segurança dos Estados da região. Estados, muitas vezes, frágeis no seu processo de construção encontrando-se, desta forma, desprovidos de meios materiais e humanos para garantir a segurança efetiva nos seus mares territoriais ou até mesmo nas zonas conjuntas.

Toda esta criminalidade transnacional em ação no Golfo da Guiné não deixa de constituir um desafio à Segurança Interna são-tomense, como afirmou o Superintendente Samuel António (comandante geral da Polícia Nacional são-tomense) ao Téla Non (29/08/2016), referindo que “a sociedade são-tomense

compadece atualmente com a presença de organizações criminosas com ligações a células que atuam em países estrangeiros”.

Sabemos que muitas vezes o crime organizado financia o terrorismo, logo, se há a existência de grupos criminais quanto tempo faltará para o terrorismo também ser uma realidade em São Tomé e Príncipe, uma vez que já se encontra presente em países vizinhos e o país não dispõe de nenhuma política de prevenção do como tivemos oportunidade de evidenciar ao longo da nossa pesquisa?

#### **4.5.4 - O tráfico de drogas**

O tráfico de drogas é outro do crime transnacional que ameaça a segurança interna dos Estados modernos, incluindo os estados Africanos.

Em África, fruto de existência de inúmeros espaços não-governados, assistimos a um proliferar de tráfico de drogas na região. De acordo com o Escritório das Nações Unidas para as Drogas e o Crime (UNODC), 2013:1, “a situação do Sahel tem preocupado a comunidade internacional desde 2005, pelo facto de existir na região uma crescente evidência do tráfico de cocaína proveniente da América Latina e o envolvimento de redes de crime organizado na região. É evidente, também, na região o testemunhado o tráfico de seres humanos (incluindo o contrabando de migrantes), combustíveis, cigarros, medicamentos contrafeitos, armas de fogo e resíduos tóxicos.”

Segundo José Luengo-Cabrera and Anouk Moser, 2016:1, a África Ocidental ganhou, ao longo da última década, mais importância como canal de circulação de drogas ilícitas, principalmente a cocaína, provenientes da América latina com destino o mercado europeu e com o aumento das medidas europeias contra o tráfico de drogas de alto valor, a tendência é que o trafico dessas drogas na região intensifique-se ainda mais pela falta de uma governação efetiva. Os autores referem que devido à falta de capacidades suficientes de monitorização costeira, pelos vários países, os portos da costa atlântica ocidental e do Golfo da Guiné tornaram-se importantes plataformas de transbordo para os grupos de narcotraficantes, - ampliando o cariz cada vez mais transnacional desta atividade criminosa dadas ligações aos cartéis de drogas na Colômbia, na Venezuela e no Brasil, com outros que operam, principalmente, na Guiné-Bissau, no Gana e na Nigéria. A ligação a estes grupos permitiu a atores

políticos e militares locais gerassem grandes lucros atuando como porteiros do comércio transatlântico de drogas.

Em 2013, o jornal online de São Tomé e Príncipe (Tela Non) noticiou que o governo anunciou que havia pessoas a transportar drogas no intestino e que eram aliciadas com a perspectiva de um ganho de 3 a 5 mil euros.<sup>19</sup> - como consequência da fraca capacidade de controlo aeroportuário - e que muitos edifícios abandonados estavam a ser usados para o consumo de estupefacientes e, de acordo com o site de notícias Lusa (2013) o consumo de cocaína, cânabis e liamba atingiu um número nunca visto no país<sup>20</sup>. De acordo com a informação da Polícia Nacional em 2015 foram destruídos vários campos de plantação de cannabis – o consumo desta droga tem sido apontado como uma das causas do aumento da criminalidade no país.

---

<sup>19</sup> <http://www.telanon.info/sociedade/2013/03/05/12614/trafico-e-consumo-de-droga-cresceu-de-forma-assustadora-em-sao-tome-e-principe/>, acesso 23/12/2016

<sup>20</sup> <http://noticias.sapo.cv/lusa/artigo/16171322.html>, acesso 23/12/2016

## 5 - Considerações Finais

São Tomé e Príncipe, dada a sua localização geográfica e a sua condição de Estado insular, tem enfrentado inúmeros desafios no que respeita à Segurança Interna.

Como vimos anteriormente na órbita das ameaças, São Tomé e Príncipe encontra-se vulnerável a um aumento de criminalidade que tem feito sentir por todo o território nacional.

O país tem os rudimentos de um Sistema de Segurança Interna que apresenta ainda múltiplas fragilidades e deficiências, precisando por isso de um forte empenho de consolidação de um Sistema eficaz, capaz de fazer face as necessidades dos cidadãos no que respeita a matéria de Segurança Interna.

Desta forma, chegando ao fim desta dissertação podemos afirmar que o objetivo à priori estabelecido foi alcançado na medida em que fomos capazes de identificar, definir e analisar os principais desafios colocados ao Sistema de Segurança Interna São-Tomense – onde, a nosso ver, o terrorismo, a criminalidade internacional e o tráfico de drogas ocupam lugares primordiais por haver ausência de legislação na matéria, dependendo da capacidade de articulação das nossas forças e serviços de segurança com os organismos internacionais tendo em vista o combate dos mesmos.

Vimos, igualmente, que várias são as ameaças (tanto de caráter endógeno quando falamos do aumento da criminalidade tradicional (roubo, assaltos, homicídios) e os crimes no seio da família (a violência doméstica, abuso de menores) como de caráter exógeno (quando falamos da criminalidade organizada transnacional e o terrorismo transnacional) e, que apesar, das ameaças que se vão formando dentro das nossas fronteiras serem as mais ocorridas não podemos descartar a existência de grupos de criminosos no país que possuem relações com os criminosos transnacionais nem tão-pouco menosprezar os grupos terroristas radicalizados nos países vizinhos, nomeadamente, na Nigéria.

Respondendo à nossa pergunta de partida vimos que apesar do modelo observado do SSI ser ligeiramente diferente do modelo observante tem havido uma tentativa na adaptação do modelo observado às necessidades do país através da cooperação entre as forças e serviços nacionais de Segurança Interna e a Guarda Costeira que tentam



garantir um patamar mínimo de segurança nas Ilhas, apesar desta área ainda ser considerada “embrionária no país”.

É certo que, dadas as condições económicas do país, as nossas FSS enfrentam enormes desafios que vão desde a falta de recursos materiais aos recursos humanos (ponto comum em todas as entrevistas). A esta falta de recursos, junta-se também a uma falta de uma estratégia clara de Segurança Interna (o que tem originado o recurso à soluções “*ad hoc*” (entrevista B) para a repressão da criminalidade e prevenção das sinistralidades o que culminam numa afetação ineficiente dos recursos que para o país já são escassos. Apesar de ser um país calmo necessita de uma estratégia de Segurança que inclua tanto as forças e serviços de Segurança Interna bem como as Forças Armadas nacionais, pois, no presente século é quase impossível a delimitação da fronteira entre a segurança interna e a segurança externa. Por outro lado, dadas especificidades do país (Estado Insular), as ameaças que começam nos mares acabam por efetivar-se em terra impondo-se o assumir de uma responsabilidade partilhada entre a Guarda Costeira e as restantes FSS.

Por outro lado, a população deve ser vista também como parte integrante dessa estratégia porque a segurança é de todos e para todos, logo, a promoção da Segurança Interna é uma tarefa que cabe a cada cidadão enquanto membro da sociedade.

### **Limitações do Estudo**

Tendo em conta os poucos recursos materiais, a própria complexidade do tema e o tempo limitado para a recolha de dados que impediu a nossa deslocação à Ilha do Príncipe.

Por outro lado, tratar-se de uma área sensível e estratégica do Estados as informações não foram de fácil acesso.

## **Investigações Futuras**

Não tendo esgotado o objeto de estudo com a nossa pesquisa, uma vez que o estudo serve de ponto de partida para uma reflexão para as questões de segurança interna em São Tomé e Príncipe, esperamos, se possível for alargar, futuramente, o nosso objeto de estudo aos temas que, ao nosso ver, carecem de um estudo mais aprofundados:

- A importância do programa de reinserção social para a promoção Segurança Interna em São Tomé e Príncipe;
- Evolução de Criminalidade na Ilha do Príncipe;
- O papel do Ministério dos Recursos Humanos e Ambiente na promoção e proteção da Segurança Interna em São Tomé e Príncipe;
- Relação entre a pobreza e o índice da criminalidade em São Tomé e Príncipe.

## **Bibliografia**

### **Documentos Oficiais:**

#### **Nacionais**

Assembleia da RSTP, Lei Orgânica da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, São Tomé, 2014

Assembleia da RDSTP, Constituição da República de São Tomé e Príncipe, São Tomé 2003, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/constituicao/constituicao-da-republica-democratica-de-s.tome-e#a159> . Acesso em 15 de Julho de 2016

Assembleia RDSTP, Proposta de Lei base da Proteção Civil dos Bombeiros, S. Tomé, 2015

Assembleia Nacional, Decreto-Lei 8/2010, Revisão da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, São Tomé, 2010

Diário da República, nº 30, Decreto-Lei 6/2014, Lei Orgânica da Polícia Nacional, São Tomé e Príncipe, 2014

Diário da República, nº 53, Decreto-Lei 28/2009, Estatuto do Pessoal das Forças e Serviços de Segurança (FSS)], São Tomé e Príncipe, 2009

Diário da República, nº 47, Decreto- Lei 9/2012, Orgânica das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, São Tomé, 2012

INE, Número da População em São Tomé e Príncipe, São Tomé, 2012

#### **Internacionais**

AGONU, Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado, Nova York, 2004, disponível em

[unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf](http://unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf). Acesso em 12 de Julho de 2016

ONU, Human Development Repport, New York, 2015, disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015\\_human\\_development\\_report.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf) . Acesso em 15 de Julho de 2016

AGONU, Declaração Universal dos Direitos do Homem, New York, 1948, disponível em

[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf), consultado em 24 Fevereiro de 2016

Assembleia da União Africana, Carta Constitutiva da União Africana, África do Sul, 2002, disponível em [http://dev.ihrda.org/pt/doc/au\\_ca/view/](http://dev.ihrda.org/pt/doc/au_ca/view/). Acesso 15 de Julho 2016

Comissão do Golfo da Guiné, Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné, Luanda 2012, disponível em <http://cggrps.org/wp-content/uploads/Declara%C3%A7%C3%A3oDeLuanda-PT.pdf>. Acesso em 10 de Julho de 2016

UNDOC, Transnational Organized Crime in West Africa: A Threat Assessment, 2013, Viena disponível em [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West\\_Africa\\_TOCTA\\_2013\\_EN.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West_Africa_TOCTA_2013_EN.pdf)

### **Obras:**

Aguiar, Joaquim, *A Política de Defesa Nacional como Política Pública Interdepartamental*, IDN, Lisboa, 1989

Alves, Armando Carlos, *Introdução à Segurança*, Guarda Nacional Republicana, Lisboa, 2010

Almeida, Políbio Valente de, *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, ISCSP, 2012, Lisboa

Barros, Manuel Agostinho, *O Golfo da Guiné e a Segurança Energética Global: Oportunidades e Desafios Subjacentes à Região*, Universidade Lusíada, 2012, Lisboa

Baylis, John and Smith, Steve, *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*, Oxford, 2001, UK

Buzan, Barry, *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in The Post-Cold War Era*, Harvester Wheatshead, London, 1991

Buzan, Barry et al. *Security: A New Framework For Analysis*, Lynne Rienner Publishers, Inc., London, 1998

Bryman, Alan, *Social Research Methods* (4th edition), Oxford, UK, 2012

Clemente, Pedro, *Políticas de Segurança- Desafios e Rumos in Caos Urbano*, PACTOR, Lisboa, 2012

Cousson, Maurisse et Dupont Benoît, in *Traité de Sécurité Intérieure*, Éditions Hurtubise HMH 1<sup>te</sup>, Montréal, 2007

Dias, Hélder Valente, *Metamorfose da polícia: Novos paradigmas de Segurança e Liberdade*, Edições Almedina, 2013, Coimbra

Fernandes, António Horta e Borges, João Vieira, *Pensar a Segurança*, IDN, Lisboa, 2005

Fernandes, Luís Fiães, *Intelligence e Segurança Interna*, ISCSPSI, Lisboa, 2014

Fernandes, António Horta et al., *Pensar a Segurança e Defesa*, coord. José Freira Manuel Nogueira, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, 2005

Fontoura, Luís (coord.), *Segurança e Defesa nacional: Um Conceito Estratégico*, Edições Almedina, Coimbra, 2013

Hobbes, Thomas, *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil* (prefácio de João Paulo Monteiro), *Casa da Moeda*, 1995

IDN, *I Congresso Nacional de Segurança e Defesa*, Diário de Bordo, Lisboa, 2010

IDN, *Pensar a Segurança e Defesa*, Edição Cosmos, Lisboa, 2005

Lara, António de Sousa, *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*, ISCSP, Lisboa, 2011

Lara, António de Sousa, *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, Edições Almedina, Coimbra, 2007

Mandel, Robert, *The Changing Face of National Security: A Conceptual Analysis*, Greenwood Press, USA, 1994

Moreira, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Livraria Almedina, Coimbra, 1999

Moreira, Adriano, *Ciência Política*, Edições Almedina, Coimbra, 2014

Moreira, Carlos Diogo, *Teorias e práticas de investigação*, ISCSP, Lisboa, 2007

Moreira, Adriano, *O Papel das Pequenas Potências*, ISCSP, Lisboa, 1983

Neves, Delfim Santiago, *A Verdade da História*, Modelo Indústria Gráfica, Óbidos, 2016

Raposo, João, *Direito Policial I – Tomo I: Introdução, Noções Fundamentais a Polícia em Sentido Institucional*, Edições Almedina, Coimbra, 2006

Routledge Handbooks of Security Studies, Routledge, London, 2010

Santos, Victor Marques e Ferreira, Maria João Militão, *Teoria das Relações Internacionais*, ISCSP, Lisboa, 2012

Sarcozy, Nicolas, in *Les Stratégiques de la Sécurité: Questions judiciaires*, Presses Universitaire des France, Paris, 2011

Seibert, Gerhard, *Camaradas, Clientes e Compadres*, Vega Editora, Lisboa, 2001

Silva, Pereira Da, *A Carta das Nações Unidas: Comentário às disposições de S. Francisco em Confronto com o Pacto das Nações*, Livraria Popular, Lisboa, 1945

Silva, Teresa de Almeida E, *Terrorismo de Matriz Islâmica in I Conferência Nacional – Terrorismo: O Desafio à Segurança Interna no Séc. XXI*, ISCSP, 23 e 24 de Abril de 2015

Sheehan, Michael, *International Security: An Analytical Survey*, Rienner Publishers, London, 2005

Teixeira, Nuno Severiano, *Contributos para a Política de Segurança Interna*, Ministério da Administração Interna, Lisboa, 2002

Valverde, Paulo, Máscara. *Mato e Morte em São Tomé e Príncipe*. Celta Editora, Oeiras, 2000

Vitorino, António, *Opções de Políticas de Defesa Nacional*, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 1998

## Artigos

Ângelo, Victor (s.d.), *O Conceito de Segurança Nacional na Europa*, disponível em <file:///C:/Users/BOX/Downloads/Vctor%20Angelo.pdf>. Acesso em 15 de Julho de 2016

Barrios, Cristina, *Fighting piracy in the Gulf of Guinea: Offshore and onshore*, May, 2013, in *European Union Institute for Security Studies*, disponível em [http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Brief\\_20.pdf](http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Brief_20.pdf) acesso em 20/10/2016

Benn, Hilary, in a Speech “*A Shared Challenge: Promoting Development and Human Security in Weak States*”, UK, June 2004, disponível em

<http://www.cgdev.org/doc/event%20docs/6.23.04->

[Dev.%20and%20Sec/WeakStates\\_Benn.pdf](#). Acesso em 23 de Dezembro de 2015

Fernandes, António Horta e Borges, João *in* *Pensar a Segurança e Defesa*, coord. Vieira Nogueira, José Manuel Freire, *Instituto da Defesa Nacional*, 2005, Lisboa

Fonseca, José Nunes, *O conceito de Segurança Nacional: Perspetiva para 2030* Boletim de ensino, investigação n.11, Novembro 2011. Disponível em <http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos/Conceito%20de%20Seguranca%20Nacional%20Perspetivado%20p%202030.pdf>. Acesso em 15 de Julho de 2016

Lima, Reinaldo Nonato de Oliveira, Desafios à Defesa Nacional no Mundo Contemporâneo *in* *Military Review*, Tomo 70, n. 3, Maio-Junho 2015

Melo, Thiago, *A Pirataria no Golgo da Guiné: Ameaça a Soberania de São Tomé e Príncipe* *in* diáridigital de 15-07-2014, disponível em [http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=718006](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=718006), consultado em 15/07/2016

Moser, Anouk and Cabrera, José Luengo-, Transatlantic drug trafficking – via Africa, European Union Institute for Security Studies (EUISS), Janeiro 2016, vol.3, disponível em [http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Alert\\_3\\_Narcotics.pdf](http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Alert_3_Narcotics.pdf), acesso 23/11/2016

Neto, Bernardino de Almeida, *A Polícia e a Segurança Interna Precisa-se*, Tela Non Online, São Tomé Dez. 2011. Disponível em <http://www.telanon.info/sociedade/2011/09/12/8450/policia-e-seguranca-interna-precisa-se/>. Acesso em 13 de Abril de 2015

Osinowo, Adeniyi Adejimi, *Combating Piracy in the Gulf of Guinea in African Security Brief*, nº 30, 2015, disponível em <http://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB30EN-Combating-Piracy-in-the-Gulf-of-Guinea.pdf>. Acesso em 17 de Julho de 2016

Paes, José Manuel Catanho, Defesa Nacional: Uma Perspetiva Sobre a Arquitetura e Hierarquia dos Conceitos, *in* *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXXII, Tomos, Abril a Junho de 2002, Lisboa

Rodrigues, Alexandre Reis, *O Conceito de Segurança in Jornal de Defesa de Relações Internacionais* de 23 de Abril de 2013, consultado em [http://database.jornaldefesa.pt/politicas\\_de\\_defesa/portugal/JDRI%20047%20090413%20conceito%20seguran%C3%A7a.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20047%20090413%20conceito%20seguran%C3%A7a.pdf). Acesso 21 de Dezembro de 2015

Rodrigues, Alexandre Reis, *A Segurança do Golfo da Guiné*, in *Jornal de Defesa das Relações Internacionais*, 2014, em:

[https://idi.mne.pt/images/docs/conferencias/guine/011\\_01.pdf](https://idi.mne.pt/images/docs/conferencias/guine/011_01.pdf)

Santos, José Loreiro Dos, *Reformar o Estado: As forças Armadas* in *Revista Militar*, vol.65 nº 11 (Nov.2013), pp.981-988

UNODC, *Contribuição para a estratégia Regional integrada das Nações Unidas para o Sahel*, ONU, 2013 , disponível em

[https://www.unodc.org/documents/westandcentralafrica/UNODC\\_contribution\\_to\\_the\\_UN\\_Sahel\\_strategy\\_Portuguese.pdf](https://www.unodc.org/documents/westandcentralafrica/UNODC_contribution_to_the_UN_Sahel_strategy_Portuguese.pdf), acesso 20/12/2016

Teixeira, Nuno Severiano, *Contributos para a Política de Segurança Interna: Julho de 2006 a Julho de 2009*, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 2009

### **Dissertações**

Carvalho, Rik Apolo Pereira Sanches, *Cabo Verde: O Papel da Política Externa na Projeção Internacional e Desenvolvimento de um Pequeno Estado Arquipélago*, 2013. Dissertação ( Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudo da Paz e Segurança apresentada à Faculdade de Economia), Coimbra

Cravid, João Pedro Lombá Gomes, *A liderança como fator de motivação: Um Olhar à Realidade da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe*, 2015. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Policiais), ISCPSI

Fonseca, Francisco José Seixas, *A Evolução das Políticas Públicas de Segurança Interna em Portugal, Na Era da Globalização*, 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas), ISCSP, Lisboa

Menezes, Aires Bruzaca de, *Estado, Políticas Públicas de Desenvolvimento: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2012. Dissertação (Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento), Vila Real

### **Seminários**

Estêvão, João, *E pequena Economia Internacional Como Objeto de Estudo: O exemplo de Cabo Verde (1982-2012) in Seminários em Estudos e Desenvolvimento* , ISEG, 2015, Lisboa



**Sites acessados:**

Os Objetivos do Milénio

[https://www.unicef.pt/docs/os\\_objectivos\\_de\\_desenvolvimento\\_do\\_milenio.pdf](https://www.unicef.pt/docs/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf).

Acesso em 27/02/2016

Annan Speech

<http://www.un.org/News/Press/docs/2000/20000710.sgsm7485r1.doc.html>, acesso em 27/02/2016

Índice dos Estados Falhados

<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2013-sortable>

<http://portocanal.sapo.pt/noticia/51345>

<http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=404&mid=002&sid=005&ssid=003>, consultado em 22/02/2016

<http://www.un.org/millenniumgoals/>, consultado em 16/01/2016

**Notícias sobre a criminalidade em São Tomé e Príncipe**

<http://www.telanon.info/politica/2016/08/29/22605/stp-tem-organizacoes-criminosas-com-ligacoes-a-celulas-que-actuem-em-paises-estrangeiros/>, consultado em 15/09/2016

<https://www.noticiasaoiminuto.com/mundo/345755/autoridades-de-sao-tome-e-principe-preocupadas-com-aumento-da-criminalidade>, consultado em 15/09/2016

**Bibliografia de Ilustrações**

Localização geográfica de São Tomé e Príncipe:

<https://misosoafriapt.wordpress.com/2012/03/19/mapa-atualizado-da-africa-2012/>

## **Anexo**

## **Guião de Entrevista**

A presente entrevista enquadra-se na dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos Africanos, cujo tema é “A Segurança Interna em São Tomé e Príncipe: Desafios do Século XXI. Nesta perspetiva, tendo em consideração as condições económicas e financeiras do país, como caracteriza o Sistema de Segurança Interna de São Tomé e Príncipe?

Departamento de serviço:

Posto:

Função:

Habilitação Literária:

1 - O que é o Sistema de Segurança Interna santomense?

2 – O que é segurança Interna?

3 – Considerando a localização geográfica do país, quais as principais ameaças à segurança interna de São Tomé e Príncipe?

4 – Quais os tipos de criminalidade que o SSISTP mais enfrenta?

5 – Quais as dificuldades enfrentadas durante o combate às ameaças à SI?

6 – Quais são os desafios enfrentados pelo SSISTP no presente século?

## **Entrevistado A – Ministério da Administração Interna**

### **1- O que é o Sistema de Segurança Interna santomense?**

O SI santomense ainda é um projeto embrionário, no entanto para o garante da segurança interna temos a Polícia Nacional, que é a única força de segurança no país e que se encontrada por todos os distritos (desenvolvendo um serviço paramilitar de combate a criminalidade), e os vários serviços de segurança que se encontra apenas na capital do país.

### **2- O que é segurança Interna?**

Bem, tal como o SI em STP ainda não temos uma lei de SI e aquilo que é a SI vai sendo definida de acordo com a política de cada governo, entretanto é algo que está na carteira.

### **3- Considerando a localização geográfica do país, quais as principais ameaças e os riscos à segurança interna de São Tomé e Príncipe?**

Como ameaças temos o consumo e o tráfico de drogas, temos os vários tipos de criminalidade, branqueamentos de capitais; e como riscos temos os efeitos do aquecimento global como por exemplo a subida dos níveis do mar, o aumento da migração ambiental dentro do próprio país.

### **4- Quais os tipos de criminalidades mais frequentes em São Tomé e Príncipe?**

Roubo, tentativa de roubo, uso e porte de armas ilegais, homicídio e entre outros.

### **5- Quais as dificuldades enfrentadas durante o combate de tais crimes?**

Dado a sua pequena economia e o seu pouco desenvolvimento, enfrentamos muitas dificuldades sendo a principal delas a falta de formação dos agentes (apesar de estarmos a investir na formação dos nossos homens) mas tentaremos fazer o nosso melhor para o bem-estar da nossa população.

## **6- Quais são os desafios enfrentados pelo SSISTP no presente século?**

Primeiramente, é necessário a criação formal de um sistema de segurança e, consecutivamente a aprovação de lei da segurança interne (ambos projetos na carteira) e a modernização dos equipamentos e das infraestruturas para a força de segurança de forma a combater os principais desafios à nossa segurança: o terrorismo, o tráfico organizado.

## **Entrevistado B- Agente do alto cargo da PN**

### **1- O que é o Sistema de Segurança Interna santomense?**

Trata-se apenas de um dos projetos que se encontram na gaveta há mais ou menos 2 anos, não tendo uma definição própria.

### **2- O que é segurança Interna?**

Podemos definir a segurança interna como a atividade levada a cabo pelo Governo a fim de garantir a tranquilidade, a ordem pública bem como a proteção de pessoas e bens, no entanto no país, não possuímos uma lei de segurança interna. Na prática, o que acontece é que como alguns dos nossos agentes são formados em Portugal na escola da polícia, a tendência é tentar reproduzir um pouco daquilo que existe lá, em Portugal.

### **3- Considerando a localização geográfica do país, quais as principais ameaças à segurança interna de São Tomé e Príncipe?**

O tráfico e consumo de drogas (liambas e ervas), porte de armas ilegais, tráfico humano, os efeitos da alteração climática: havendo épocas de seca ou de muita chuva, crime organizado, o terrorismo e muitos outros.

### **4- Quais os tipos de criminalidade que o SSISTP mais enfrenta?**

Ofensas corporais, abuso sexual de menor, homicídio e tentativa de homicídio, violação, Roubo, violência doméstica, falsificação de documentos, uso e porte de arma ilegal, introdução em casa alheia.

### **5- Quais as dificuldades enfrentadas durante o combate às ameaças à SI?**

“Não se pode fazer omeletes sem ovos!”, uma vez que a polícia, partindo do princípio que esta é a realidade também dos serviços de segurança dado ao fraco desenvolvimento do país, tem falta de recursos humanos, falta de recursos materiais (equipamentos de proteção pessoal, viaturas, rádio de comunicação) juntando à falta de motivação dos agentes. Muitas das vezes já nos deparamos sem combustível, durante uma rusga.

## **6- Quais são os desafios enfrentados pelo SSISTP no presente século?**

Não podemos falar em SSI porque isso, na realidade são-tomense, não existe.

No entanto, a criação de uma política de segurança onde constaria métodos de prevenção dos riscos e não apenas o combate, uma vez que o que se tem verificado na prática são criações ad hoc, autonomia por parte, tanto da força de segurança como dos serviços de segurança, pois estes serviços são muito politizados. A falta da motivação dos nossos agentes é outro desafio. Só para ter noção, cá entre nós, já aconteceram casos e estarmos numa investigação e nos mandarem suspender por se tratar de um “peixe gordo”. Isto dá a sensação de impunidade. Mas “tenho fé e esperança numa polícia melhor!”

## **Entrevistado C – Polícia Nacional**

### **1- O que é o Sistema de Segurança Interna santomense?**

Para ser sincero em São Tomé e Príncipe não existe formalmente um Sistema de segurança, no entanto tacitamente pelo costume o sistema de segurança é o aparelho do estado que zela pela segurança dos cidadãos composto pela Força de Segurança – a polícia – e pelos serviços de Segurança - Serviço de Proteção Civil e Bombeiros/ CONPREC, Polícia Fiscal e Aduaneira, Serviço de Migração e Fronteira, Unidade de Proteção de Dirigentes de Estado, Unidade da Guarda Presidencial.

### **2- O que é segurança Interna?**

Segurança Interna é a manutenção da ordem pública de forma a manter a tranquilidade e proteção de bem-estar e serviço.

### **3- Considerando a localização geográfica do país, quais as principais ameaças à segurança interna de São Tomé e Príncipe?**

O aumento da criminalidade, podemos, igualmente, falar das alterações climáticas e muitos outros.

### **4- Quais os tipos de criminalidade que o SSISTP mais enfrenta?**

Delinquência, roubos à mão armada, tráfico de droga.

### **5- Quais as dificuldades enfrentadas durante o combate às ameaças à SI?**

Falta de meios tanto materiais como técnicos (técnicos muitas das vezes sem formação), muitas vezes dificuldade de acesso às áreas mais problemáticas.

### **6- Quais são os desafios enfrentados pelo SSISTP no presente século XXI?**

Os principais desafios enfrentados pelo SSISTP são o aumento de tráfico e consumo de drogas e terrorismo transnacional e a falta de meios de forma a combater-los. Como sabemos STP é um país muito dependente das doações exteriores porque não tem fonte de riqueza própria o que vem constituir o maior desafio aos agentes uma vez que temos que dar o nosso melhor com poucos recursos.



## **Entrevista D – Guarda Costeira**

### **1- O que caracteriza o Sistema de Segurança Interna Santomense?**

Bem, falando do Sistema de Segurança Interna a melhor entidade para lhe dar esse tipo de informação seria a Polícia Nacional.

### **2- Mas qual é o papel da Guarda Costeira na promoção da Segurança Interna?**

A Guarda Costeira atua no âmbito da segurança marítima. A nível Interno a Guarda Costeira possui a capacidade de detetar alguns atos que ocorrem nas nossas águas, através de implementação de alguns sistemas instalados em alguns sites, nomeadamente o AIS (Automatic Information System), o Radar e Camaras de vigilância que permitem-nos obter algumas informações daquilo que acontece nas nossas águas.

### **3- E quais são os desafios enfrentados?**

Um dos principais desafios é sem dúvida a falta de meios mais eficientes, tendo em conta a dificuldade que o país atravessa em obter sistemas mais sofisticados e completos dado a nossa debilidade económica. O país não dispõe de capacidade de ir ao encontro das anomalias detetadas. O facto é que conseguimos sim detetar, apesar de não ser a 100%, e não conseguimos lá ir porque não dispomos de navios com condições que nos permitam ir ao encontro das anomalias detetadas, enfraquecendo assim a soberania do país no mar.

## **Entrevista – E – Agente dos Bombeiros**

### **1- O que é a Segurança Interna?**

A Segurança Interna é o conjunto de medidas levadas a cabo pelo Estado com o intuito de proteger a população e manter a ordem interna.

### **2- Qual é o papel dos Bombeiros na promoção da Segurança Interna?**

Falando das competências dos Bombeiros... Primeiramente, temos que ter em mente que a unidade não possui um estatuto próprio e, em segundo lugar, não existe nenhuma lei que especifique as competências dos nossos serviços de segurança o qual os bombeiros faz parte. No entanto, trabalhamos todos os dias com o intuito de proteger a população dos riscos tecnológicos e naturais, evitar acidente graves.

### **3- Qual é a principal risco à Segurança das nossas Ilhas?**

Neste momento o principal risco à Segurança Interna das nossas Ilhas é a alteração climática. Com a subida de temperatura e a chuva que tem sido inconstante – antigamente era fácil descrevemos os meses de chuva e de gravana em São Tomé e Príncipe, no entanto, hoje o mesmo não se sucede tão facilmente – tem afetado gravemente a agricultura que como sabemos é a principal fonte de sustento da nossa população.

### **4- Quais são os principais desafios enfrentados?**

Dado a fraca economia do país, nós temos enfrentado uma falta de recursos que vai desde os meios materiais até os recursos humanos. Não temos oficiais qualificados, muitos deles nem terminaram o 7º ano.

## **Entrevista – F - Agente da PN**

### **1- O que é a Segurança Interna em São Tomé e Príncipe?**

A segurança Interna é conjunto de homens fardados que zelam pela segurança da população e da ordem pública

### **2- Quais são as maiores ameaças a segurança dos santomenses no presente século?**

Temos assistido, atualmente, a um aumentar da criminalidade como consequência de consumo de drogas, nomeadamente a marijuana, e nós com a falta de meios que possuímos não conseguimos dar respostas a essa onda de criminalidade que se faz sentir pelo país.

### **3- Quais são os principais desafios enfrentados no combate às essas ameaças?**

Como já referi na questão anterior, nós as agentes da polícia nacional, acredito que aconteça o mesmo com os elementos de outros serviços, no terreno deparamos com falta de materiais sem falar na falta que sentimos de quadros verdadeiramente qualificados capazes de responderem às exigências do nosso país.

## **Entrevista G – Agente da Policia Fiscal e Aduaneira**

### **1- O que é a segurança interna no âmbito da polícia fiscal e aduaneira?**

Bem.... A nossa função é de reprimir as infrações fiscais nos Portos e Aeroportos e nas baías, bem como proceder a fiscalização dos navios que entram no nosso território.

### **2- Quais são as principais ameaças a segurança dos são-tomenses detetadas pela polícia fiscal?**

As principais ameaças que evidenciamos é o contrabando de mercadorias, tráfico de drogas e de espécies animais protegidas.

### **3- E quais são os principais desafios que enfrentam no combate a essas infrações?**

Primeiramente, temos uma falta enorme de meios materiais e humanos. Muitas das vezes não o único aparelho que temos de detenção de materiais ilícitos encontra-se fora de serviço e isso dificulta em grande parte o desenvolver do nosso trabalho. Falando da falta de recursos humanos, muitos dos nossos agentes não possuem uma formação adequada. Penso que esse seja um problema, não apenas da nossa instituição, mas de nível nacional.

## **Entrevista H - Entrevista ao professor Manuel Pereira**

### **1 - Qual é a fronteira que separa a segurança Interna de Externa?**

Em Portugal há uma distinção constitucional e que foi acentuada com a primeira revisão constitucional de 1982. A Segurança Interna diz respeito a manutenção da ordem constitucional democrática, a defesa do Estado de Direito, a defesa dos direitos fundamentais, a defesa da ordem pública, a prevenção e a repressão da criminalidade. A segurança externa diz respeito às ameaças relacionadas com outros Estados e com a comunidade internacional. Diz respeito à defesa externa do Estado no contexto da cena internacional. Em Portugal essa distinção é clara na constituição, sobretudo depois da renovação constitucional de 1982 que extinguiu um órgão do poder político-militar que era o Conselho da Revolução e que remeteu para os militares apenas o encargo da defesa militar externa. As matérias de Segurança Interna são da competência dos Serviços e Forças de Segurança. As forças Armadas apenas podem intervir na matéria de proteção civil e entende-se que hoje também pode intervir na matéria de Segurança Interna quando simultaneamente constituam ameaça à Segurança externa. Por exemplo as forças armadas intervêm no tráfico de drogas e de pessoas no mar alto, perante atentado terrorista, porque se trata de situação limites em que a própria segurança externa é posta em causa.

Para além disso as forças armadas podem intervir no estado de exceção (estão sítio e estado de emergência) que são declarados pelo Presidente da República.

Por isso, diria que há uma grande distinção entre estes dois ramos da segurança embora hoje muitas pessoas que pensam nessa matéria fala num conceito mais elevado que é o conceito de Segurança Nacional em que a Segurança Interna e a Segurança Externa seriam espécies, seriam modalidades. Apesar deste caminho me parecer interessante, a constituição Portuguesa obriga a distinguir a Segurança Interna e a Segurança Externa. Por outro lado, creio que o conceito de Defesa continua a ser um conceito com autonomia, porque ainda não atingimos a paz perpétua kantiana uma vez que continua a haver guerra e a necessidade das forças armadas para enfrentar cenários de agressão militar.

## **2 - Face a essa separação que me fez anteriormente, quais são os principais desafios colocados aos Estados Modernos na matéria de Segurança Interna?**

Em matéria de segurança interna são desafios muito diversificados. Temos o desafio do modelo terrorismo de inspiração fundamentalista que é um desafio a escala global que não obedece nenhuma regra moral ou jurídica.

Temos, também, o desafio da criminalidade internacional organizada que passa pelos tráficos (tráfico de drogas, tráfico de pessoas, de armas, de automóveis) e que passa pela criminalidade económico-financeira que muitas vezes são cometidos por meios informáticos, por isso é uma criminalidade que também não conhece fronteiras.

Temos ainda os desafios tradicionais da criminalidade grave e fluente, aquilo que cria mais instabilidade no Estado soberano – os assaltos a mão armada, crime de roubo, sequestro, rapto, homicídio, ofensas corporais graves – os crimes ligados as instituições tradicionais como é o caso da família – crime de violência doméstica e maus tratos, para além de crimes sexuais muitas vezes cometidos em contextos familiares – são crimes em que a taxa de sucesso de perseguição penal é muito baixa por serem crimes que muitas das vezes não são conhecidas. Enfim, podemos falar numa multiplicidade de desafios que necessitam da articulação dos vários sistemas que os Estados dispõem para de forma a responder eficazmente a esses desafios. O Sistema de Segurança Interna, O Sistema de Informação de República, o Sistema de Proteção civil, o Sistema de Investigação Criminal e os Sistemas complementares – Sistema de Justiça e Sistema de Defesa Nacional.

## **3 - Passando para o meu objeto de estudo, gostaria de saber a sua opinião sobre o Sistema de Segurança Interna em STP.**

Eu conheço a realidade santomense quer como Ministro, quer como Secretário de Estado e antes disso como Diretor Geral do Serviço de Informações e na minha perceção, STP é um país relativamente seguro onde os fenómenos criminais são de baixa intensidade. Creio que STP pela sua situação estratégica pode ser objeto da tentativa de aproveitamento por parte do crime internacional organizado sobretudo o tráfico de droga (o que tem acontecido em alguns contextos).

#### **4 - O que nos diz sobre o papel de Portugal no processo de consolidação do SSISTP.**

Ainda hoje sou professor do ISCPSI e tenho alunos provenientes de São Tomé e Príncipe através da cooperação a nível policial. Sei também que há cooperação a nível dos Serviços de Informação e a nível governamental. A relação entre Portugal e STP é uma relação estreita que tem permitido benefícios comuns importantes (tanto para Portugal como para São Tomé e Príncipe). Tanto no plano legislativo como no plano da formação e no plano da definição de estratégias de segurança e prevenção de criminalidade tem havido uma colaboração muito estreita.

**WWW.ISCSP.ULISBOA.PT**